

## AGENDA 21 PARA O MUNICÍPIO DE POMBAL

Volume II: Agenda Local



## ÍNDICE

1. Sumário Executivo .....	4
2. Introdução e Objectivos .....	6
3. A Pressão crescente sobre o Ambiente .....	8
4. O Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável – a Agenda 21 .....	18
5. Agenda 21 Local .....	22
6. Aspectos importantes para a Implementação da Agenda 21 Local em Pombal .....	24
7. Objectivos de Sustentabilidade .....	27
Economia Sustentável – Turismo, Valorização Industrial e Energia .....	27
Mobilidade.....	28
Resíduos .....	28
Educação (Ambiental) e Coesão Social .....	29
Ecologia – Espaços Verdes e Biodiversidade.....	31
Ordenamento do Território e Qualidade do Ambiente .....	31
8. Participação e Estratégias de Participação / Comunicação.....	32
Plano de Participação.....	34
Principais Agentes Intervenientes.....	38
Comunicação .....	43
Cronograma Preliminar Indicativo .....	45
9. Áreas de Intervenção e Prioridades Estratégicas .....	46
10. Aspectos considerados no Volume III .....	53
11. Conclusão .....	54
Bibliografia.....	55

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3-1 - Actividades Humanas e Escalas .....	8
Figura 3-2 - Percentagem na Europa dos 15 e em Portugal das componentes do DMI, para o ano de 2000 (Moll <i>et al.</i> , 2003) .....	9
Figura 3-3 - Evolução e previsão no consumo mundial de energia (Kitagawa e Yamamoto, 2006) .....	10
Figura 3-4 - Percentagem dos recursos hídricos utilizados anualmente (OCDE, 2003) .....	12
Figura 3-5 - Evolução da produção de RSU em Portugal (PERSU II) .....	14
3-6 - Pegada Ecológica em Portugal (Wackernagel <i>et al.</i> , 2005) .....	15
3-7 - Disponibilidade para a Pegada Ecológica em Portugal (Wackernagel <i>et al.</i> , 2005) .....	15
3-8 - Impactes Ambientais no ciclo de actividades da construção .....	16
4-1 - Equilibrar as três dimensões para o desenvolvimento sustentável (Sousa, 2006) .....	19
4-2 - Os três pilares para o desenvolvimento sustentável: a teoria, a realidade e a mudança necessária .....	20
6-1 - Principais Elementos da Agenda 21 Local .....	25
8-1 - As Palavras - Chave para a participação nos processos de Desenvolvimento sustentável local .....	33
Figura 8-2 - Principais Etapas dos Momentos Fortes de Participação no processo da Agenda 21 Local .....	36
Figura 8-3 - Actores Intervenientes na Agenda 21 Local de Pombal .....	39



## **ÍNDICE DE QUADROS**

3-1 - Indicadores Energéticos entre 1990 e 2001, para a Europa e Portugal (Eurostat, 2003) .....	11
8-1 - Associações e Agrupamentos de Cidadãos Passíveis de Intervenção na Agenda 21 Local Pombal .....	42

## 1. Sumário Executivo

A Agenda 21 Local para Pombal constitui um processo que não se encerra em si mesmo e que não tem uma data de término. Pretende antes de mais ser um instrumento de desenvolvimento sustentável e um contributo na aproximação e envolvimento de toda a população e agentes interessados em Pombal nos processos de tomada de decisão e de construção de um melhor ambiente para o concelho. Deste modo existe um conjunto de passos que a Agenda 21 Local não pode excluir e que se podem sintetizar nos pontos seguintes:

**Sensibilização Ambiental e Envolvimento da População.** A democracia participativa não surge de um dia para o outro. Há um trabalho de base fulcral quando se pretende que os cidadãos se interessem pela vida pública e pelo desenvolvimento sustentado. Uma Agenda 21 Local pretende que este desejo de colaboração se estenda a um grupo tão grande quanto possível da população. Para isso a Agenda propõe um plano de participação e de comunicação.

**Criação de parcerias.** No sentido de envolver tanto quanto possível a sociedade na Agenda 21 Local devem desenvolver-se parcerias com actores locais, como é o caso de associações sem fins lucrativos (ambientalistas, culturais, desportivas, de moradores, de pais, etc.), entidades governamentais (da área do ambiente, saúde, cultura, etc.), escolas, universidades e empresários. Cada parceiro deve ter uma função determinada na sua área de competência.

**Criação do Forum da Agenda 21 Local.** O Forum é a estrutura da participação e da discussão por excelência. Nele estarão representadas as forças vivas do concelho. O Forum acompanhará a implementação de toda a Agenda 21 Local, discutindo as diversas opções existentes, as estratégias a seguir e aprovando os documentos que forem sendo elaborados.

**Diagnóstico ambiental.** Antes de elaborar estratégias de actuação é necessário conhecer os principais problemas, onde ocorrem e porque ocorrem. O diagnóstico ambiental deve ser perceptível pela População e em especial pelo Forum, que terá de analisar o documento.

**Definição de objectivos, metas e indicadores de progresso.** Analisado o diagnóstico ambiental, é necessário reflectir como se podem resolver os problemas detectados e potenciar as mais-valias existentes. O primeiro passo deverá ser o de proceder à definição de objectivos. Estes devem ser precisos e não excessivamente ambiciosos (para que possam ser alcançados) sendo que para cada um é recomendável que se estipulem metas a atingir (ou seja, que sejam mensuráveis).



**Elaboração do Plano de Acção.** Este será um dos principais “produtos” da Agenda 21 Local onde estarão indicadas (para esta fase inicial de desenvolvimento do processo) as acções concretas a desenvolver, os objectivos em que se enquadram, as metas a atingir, os meios disponíveis e as entidades responsáveis. O Plano de Acção estará fortemente orientado para a correcção dos problemas.

**Revisão do Plano de Acção.** Com o tempo, o Plano necessitará de ser reajustado ou mesmo totalmente revisto. Isto só acentua o carácter dinâmico e de melhoria contínua da Agenda 21 Local. As autoridades locais têm um papel insubstituível na transição para uma sociedade sustentável. Como nível de governação mais próximo das pessoas, as autarquias desempenham um papel vital na educação, mobilizando e respondendo ao público para promover o desenvolvimento sustentável, mas também fomentando e permitindo a participação da sociedade. É igualmente fundamental a monitorização do Plano de Acção.

## **2. Introdução e Objectivos**

A Agenda 21 Local é um processo participativo, multisectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local através da preparação e implementação de um Plano de Acção Estratégico de médio/longo prazo dirigindo as prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.

Assim, a Agenda 21 Local para o Município de Pombal é constituída por três documentos:

- Volume I – Caracterização e Diagnóstico;
- Volume II – Agenda 21 Local, constituído pelo presente documento;
- Volume III - Plano Estratégico Ambiental e de Monitorização.

A divisão entre os dois documentos – Agenda 21 Local e respectivo Plano Estratégico Ambiental - visa separar uma componente mais teórica (como deve ser feito) de uma componente mais prática (o que deve ser feito no que diz respeito a acções específicas, partindo dos principais eixos de intervenção).

A elaboração da Agenda 21 Local inclui:

- Estratégias de Participação;
- Definição de Objectivos para atingir níveis de sustentabilidade desejados;
- Síntese dos principais eixos de intervenção – os que são prioritários e que fazem sentido desenvolver face às condições económicas, sociais e ambientais do concelho de Pombal;
- Estruturação de Indicadores de sustentabilidade;
- Estratégias de Implementação.

O principal objectivo da Agenda 21 Local é o de garantir a sustentabilidade das actividades humanas, colocando as questões ambientais no topo das prioridades da gestão do município e garantindo, sempre que possível, que a população e demais forças vivas participem de modo a influenciar mais directa e significativamente no Concelho de Pombal.

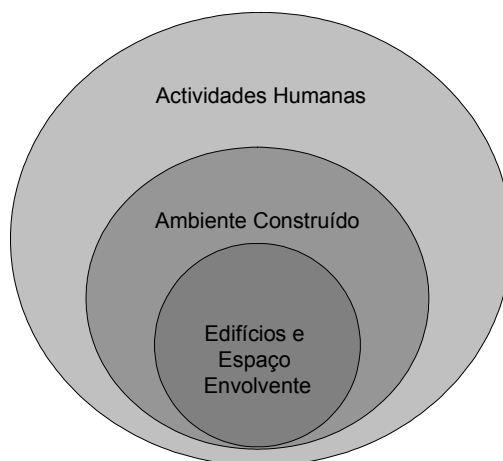


Pretende-se que a Agenda 21 Local de Pombal venha a ser, antes de mais, um processo de implementação e integração de questões ambientais no concelho, do qual resulta um plano, que deverá ser compatível e articulado com outras figuras de planeamento de incidência Territorial e Ambiental, nomeadamente o Plano Director Municipal de Pombal (actualmente em processo de revisão) e o Plano Estratégico Ambiental do Município.

Efectivamente, é desejável que a componente Ambiental seja considerada nas actividades de planeamento, programação e projectos para Pombal. Desta forma, a Agenda 21 Local de Pombal deverá servir de base a um Plano Estratégico Ambiental, com medidas e acções específicas para a concretização dos objectivos por si formulados, para além da abordagem das questões relativas à sua monitorização, mas deverá igualmente ser futuramente considerada na definição das estratégias de desenvolvimento do concelho e/ou no desenvolvimento, consolidação e operacionalização dos processos de ordenamento territorial concelhio.

### 3. A Pressão crescente sobre o Ambiente

No geral, as actividades humanas, nas suas diferentes escalas, interagem com o ambiente, desde logo na procura e consumos locais de materiais, energia, água, na geração de emissões, na pressão sobre o território e no consumo de bens e serviços, entre outros, tendo nas suas várias dimensões, efeitos ambientais, isto é impactes ambientais, daí relevando a necessidade de uma intervenção mais ou menos alargada.



**Figura 3-1 - Actividades Humanas e Escalas**

Uma profunda transformação da Terra está aparentemente a ocorrer (Steffen *et al.*, 2004) devida, não a grandes forças da natureza ou extraterritoriais, mas ao número e actividades das pessoas – a mudança global. Começando há alguns séculos atrás, esta transformação ocorre a uma aceleração profunda desde a segunda metade do século XX.

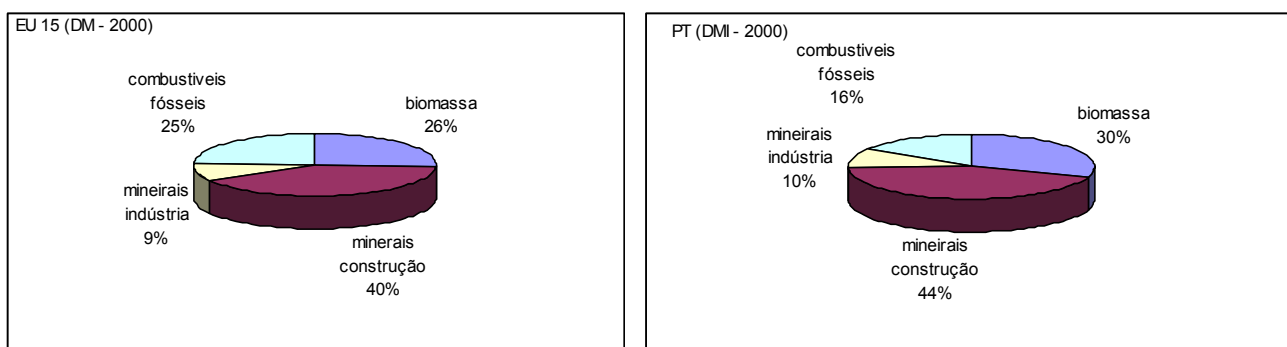
O estilo de vida e o aumento populacional no último século têm levado (quer a nível mundial, quer a nível europeu, quer especificamente em Portugal), ao aumento dos consumos, cargas/ emissões, efeitos ambientais que ocorrem, incluindo também a afectação da saúde humana por via do estado do ambiente, o que conduz a um aumento da pressão global e a ritmos de mudança ambiental imprevistos nos últimos milhões de anos (Steffen *et al.*, 2004). Valerá pois a pena, a um mero nível de enquadramento global, precisar alguns destes aspectos.

### Fluxo e consumo de materiais

Na UE-25 o consumo de materiais directos (DMI) *per capita* ano é, em média, de 16,5 ton (AEA, 2005). Uma análise mais pormenorizada efectuada para Portugal (Moll *et al.*, 2003) evidencia o aumento de 11 toneladas para 15 toneladas, destacando-se no peso da evolução a importância dos minerais da construção, que aumentou cerca de 250 kg *per capita* por ano entre 1980 a 2000.

O fluxo de materiais evidencia a importância do sector da construção. Por exemplo, na Alemanha, Japão e Estados Unidos, o sector varia entre um terço a metade do fluxo de materiais na totalidade das necessidades.

No que se refere aos *inputs* directos dos recursos de cada País, a componente associada aos minerais para construção (Moll *et al.*, 2003) ronda os 40%, atingindo em Portugal 44% no ano de 2000 (Eurostat, 2002). Importa referir que tal valor deve ser equacionado no contexto do maior peso e densidade dos materiais de construção face a outros materiais, o que ocorre em muitos casos.



**Figura 3-2 - Percentagem na Europa dos 15 e em Portugal das componentes do DMI, para o ano de 2000 (Moll *et al.*, 2003)**

### Consumo de Energia

A procura mundial de energia primária entre 1970 e 2002 (IEA, 2004) passou de 5.536 MTep para 10.345 MTep, o que num período de 30 anos significa quase uma duplicação, estimando a Agência Mundial de Energia que em 2030, no seu cenário de base, venha a atingir 16.487 MTep, isto é um aumento de um factor de 1,6.

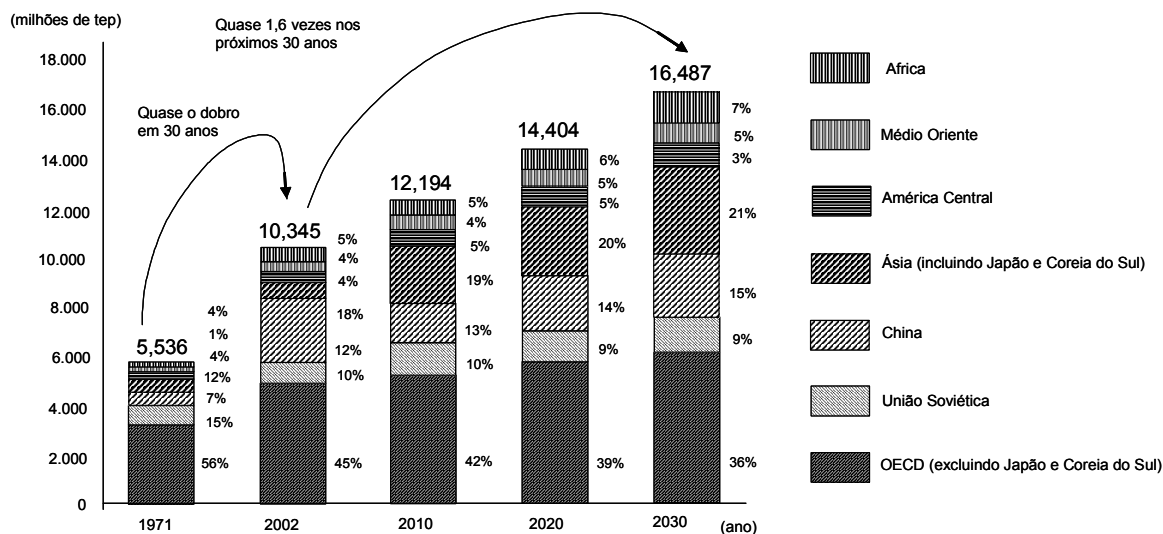


Figura 3-3 - Evolução e previsão no consumo mundial de energia (Kitagawa e Yamamoto, 2006)

O consumo de energia em Portugal tem vindo a aumentar de 1,707 para 2,368 Tep *per capita* (2001) embora ainda seja inferior à média comunitária (3,925), (Eurostat, 2003 a). No entanto, a intensidade energética (239 em PT face a 195 tep/M€95 na UE) e de dependências das importações é muito mais elevada (87% em PT face a 50 % UE).

**Quadro 3-1 - Indicadores Energéticos entre 1990 e 2001, para a Europa e Portugal (Eurostat, 2003)**

<i>Consumo Per Capita</i>	1990	1995	2001
<i>(tep/per capita)</i>			
UE-15	3,617	3,6693	3,925
Portugal	1,707	1,9776	2,369
Dependência de Importações (%)	1990	1995	2001
UE-15	47,47	46,54	50,07
Portugal	86,66	88,98	87,19
Intensidade Energética (tep/M€95)	1990	1995	2001
UE-15	215,35	207,07	195,19
Portugal	222,42	237,33	239,33
CO <sub>2</sub> toneladas/per capita	1990	1995	2001
UE-15	8,436	8,2088	8,383
Portugal	3,945	4,8708	5,745

Desta forma, merece atenção a situação nacional, dada a elevada dependência das importações, perfil assente num consumo dominante de energias não renováveis e num aumento da intensidade energética, o que indicia uma redução da eficiência energética.

Em 2005, em Portugal (DGGE, 2006) consumiram-se 27 Mtep de energia primária, das quais apenas 12,9 % são renováveis. Se se juntarem as áreas afectas directamente à construção (indústria, sector doméstico e serviços), o valor ascende a 6,68 Mtep (34,3 %), sendo a maior vertente do consumo, com relevância para a fase de operação dos edifícios (29,5% em 2005 e 22% em 1999). Estiveram disponíveis, em termos de energia final, 19,48 Mtep (sendo primária 72 % da energia), os transportes foram responsáveis por 6,2 Mtep (32,9 %), o sector doméstico por 3,22 Mtep (16,5 %), os serviços por 2,5 Mtep (13 %) e a indústria da construção e obras públicas por 0,9 Mtep (4,7 %). Se juntarmos as áreas que são afectas directamente na construção sustentável (indústria, sector doméstico e serviços), o valor ascende a 6,68 Mtep (34,3 %) sendo a maior vertente do consumo.

### Consumo de Água

A pressão sobre a água potável e as necessidades são preocupantes a nível mundial. Cerca de um terço da população mundial vive em países que sofrem de um nível moderado a elevado de *stress* hídrico, sendo o consumo de água anual superior a 10% das reservas de recursos de água doce (CSD, 1997).

No conjunto dos países da OCDE, 8 excedem os 20% e outros 8 encontram-se entre os 10 e os 20%, encontrando-se neste último caso Portugal (OCDE, 2003). Tal posicionamento pode colocar o País em situações pontuais de risco, sendo possível que ocorram momentos de pressão hídrica a considerar e a gerir.

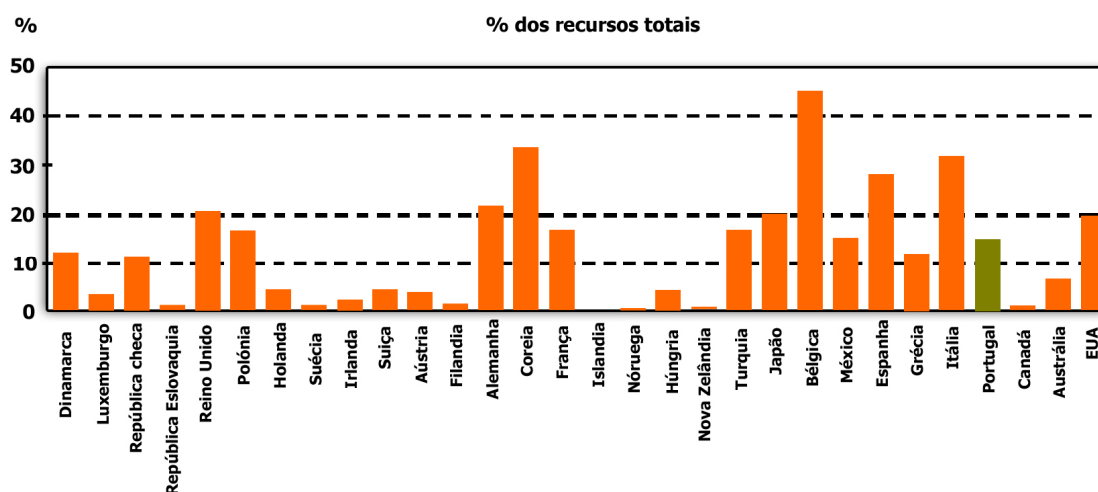


Figura 3-4 - Percentagem dos recursos hídricos utilizados anualmente (OCDE, 2003)

A nível nacional, os consumos de água disponibilizados pelo Plano Nacional da Água (INAG, 2001) relativos ao ano de 1999, permitem concluir que o consumo do sector agrícola representa cerca de 75% do consumo total nacional de água, o sector energético consome cerca de 14%, o abastecimento às populações não chega aos 7%, a indústria mobiliza cerca de 4% do consumo médio nacional e o sector do turismo não tem expressão percentual significativa.

Se bem que a importância do abastecimento de água directo à população seja mais reduzido (7% do consumo de água) em termos de quantidade, ele é bem mais exigente em termos da qualidade da água, nomeadamente da sua potabilidade e das suas características.

### **Emissões**

Em 2007, o *Intergovernamental Panel for Climate Exchange* - IPCC (2007) revelou que as emissões anuais fósseis de carbono (C) e dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) aumentaram da média de 6,4 [variando entre 6,0 a 6,8] GtC, isto é 23,5 [22,0 to 25,0] GtCO<sub>2</sub> por ano na década de 1990 para 7,2 [6,9 a 7,5] GtC isto é 26,4 [25,3 to 27,5] GtCO<sub>2</sub> no período de 2000 a 2005.

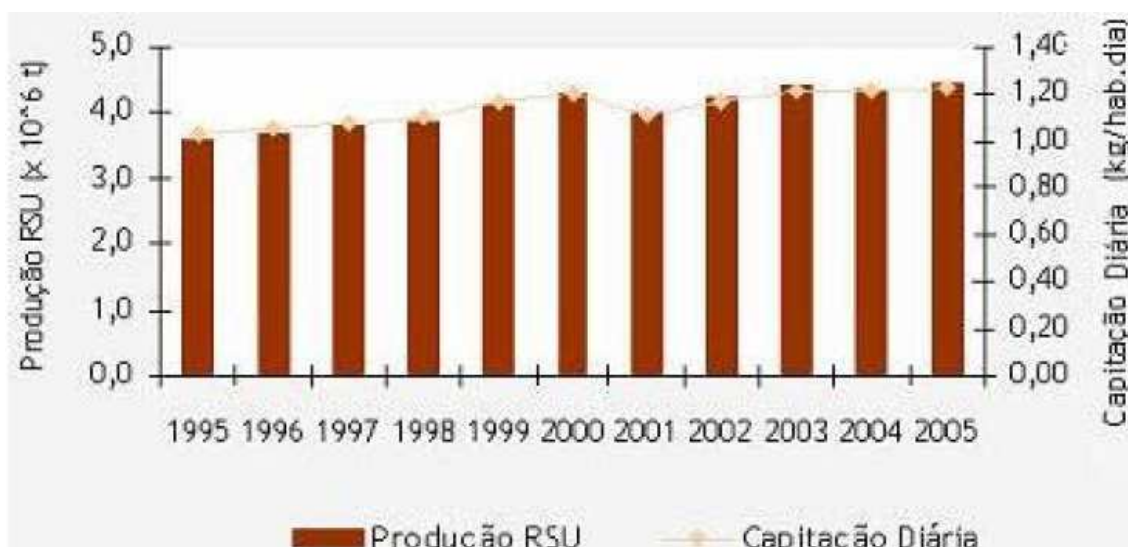
Os dados disponíveis apontam para emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) *per capita* de cerca de 8,3 toneladas na média europeia e um crescimento de 3,9 para 5,7 toneladas em Portugal, entre 1990 e 2001 (Eurostat, 2003), prevendo-se a nível nacional, infelizmente, uma tendência para crescer, muito devido ao aumento nos transportes e no sector residencial e terciário de actividades com reduzida eficiência em intensidade de carbono. No que se refere às emissões excederam-se, no CO<sub>2</sub>, os níveis acordados no protocolo de Quioto.

Este perfil de aumento das emissões reflectiu-se na passagem de 280 ppm em termos de níveis de CO<sub>2</sub> nos tempos pré industriais para 370 ppm em 2000, colocando o mundo numa trajectória de concentrações atmosféricas passíveis de atingir os 1000 ppm.

### **Resíduos Sólidos**

A produção dos resíduos urbanos (RSU) associados à operação do edificado residencial em Portugal Continental, aumentou de 3 Mt ano em 1991 para 4,4 Mt em 2005 (IA, 2006) podendo vir a atingir entre 15 a 33% dos resíduos industriais banais, dependente da dinâmica económica do sector da construção (Pinheiro, 2006).

O valor de evolução desta produção tem sido mais ou menos continuado ao longo dos últimos anos, registando (embora com uma ligeira variação durante o ano de 2001) uma tendência de crescimento, em valores totais e em valores *per capita*, conforme se verifica pela análise da figura abaixo.



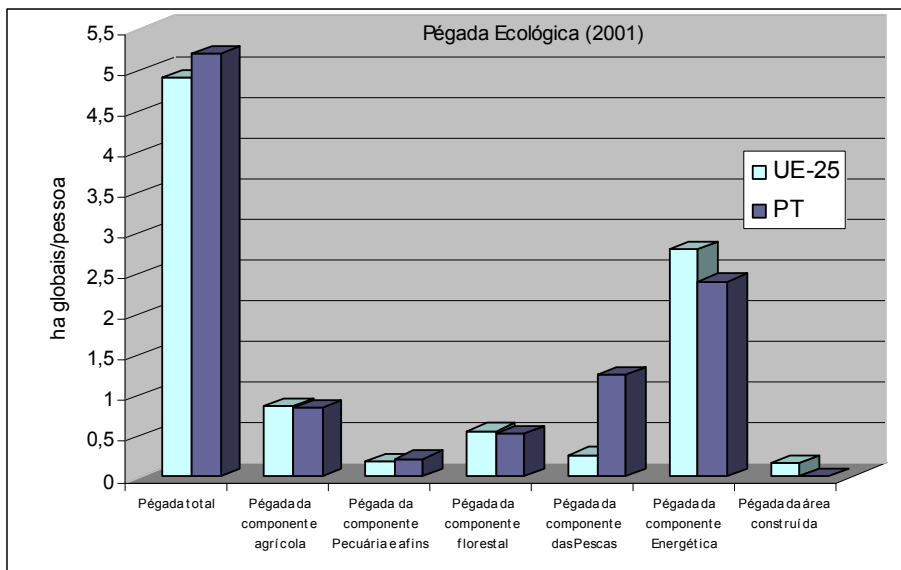
**Figura 3-5 – Evolução da produção de RSU em Portugal (PERSU II)**

Esta tendência não parece, no curto prazo, registar alterações. Com efeito, ainda de acordo com os últimos dados do Instituto do Ambiente, e referentes ao ano de 2006, neste ano o quantitativo global de RSU atingia em Portugal 4.641.103 t, correspondentes a uma capitação de 459 kg/hab.ano. Verifica-se assim que, entre os anos de 2005 e 2006 se registou um crescimento absoluto de 3,8% e uma aumento de capitação de 3,6%.

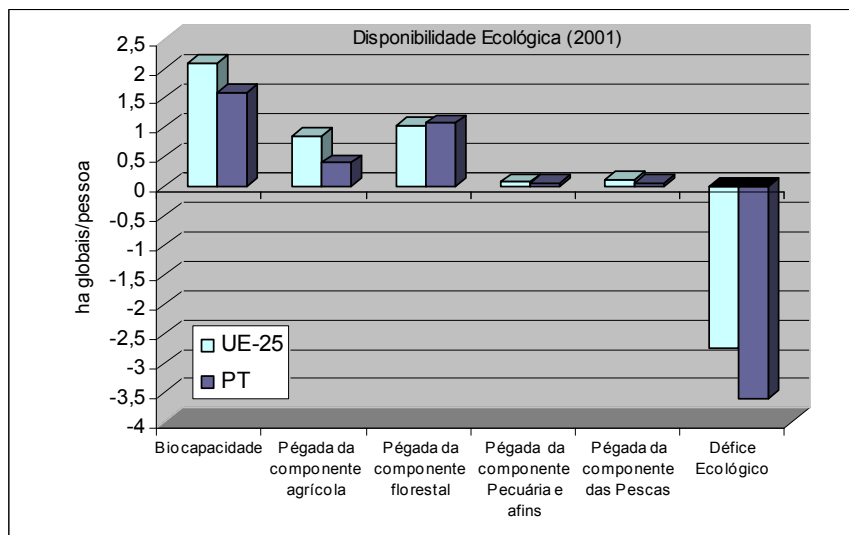
#### **Pressão sobre a biodiversidade e o território**

No que diz respeito às cargas geradas é de referir que a pressão sobre a biodiversidade, zonas naturais e território é crescente. Actualmente, cerca de 18,3% do território nacional representa ambiente construído (Eurostat, 2006) e os indicadores como a pegada ecológica apontam para que os valores nacionais tenham ultrapassado a capacidade de sustentação face ao espaço disponível.

Em termos de contributo para essa pegada ecológica, mais relevante do que a área construída é a operação do ambiente construído que marca a pegada decorrente da importância das necessidades energéticas, seguidas das necessidades alimentares, nomeadamente agrícola e pescas.



### 3-6 - Pegada Ecológica em Portugal (Wackernagel *et al.*, 2005)



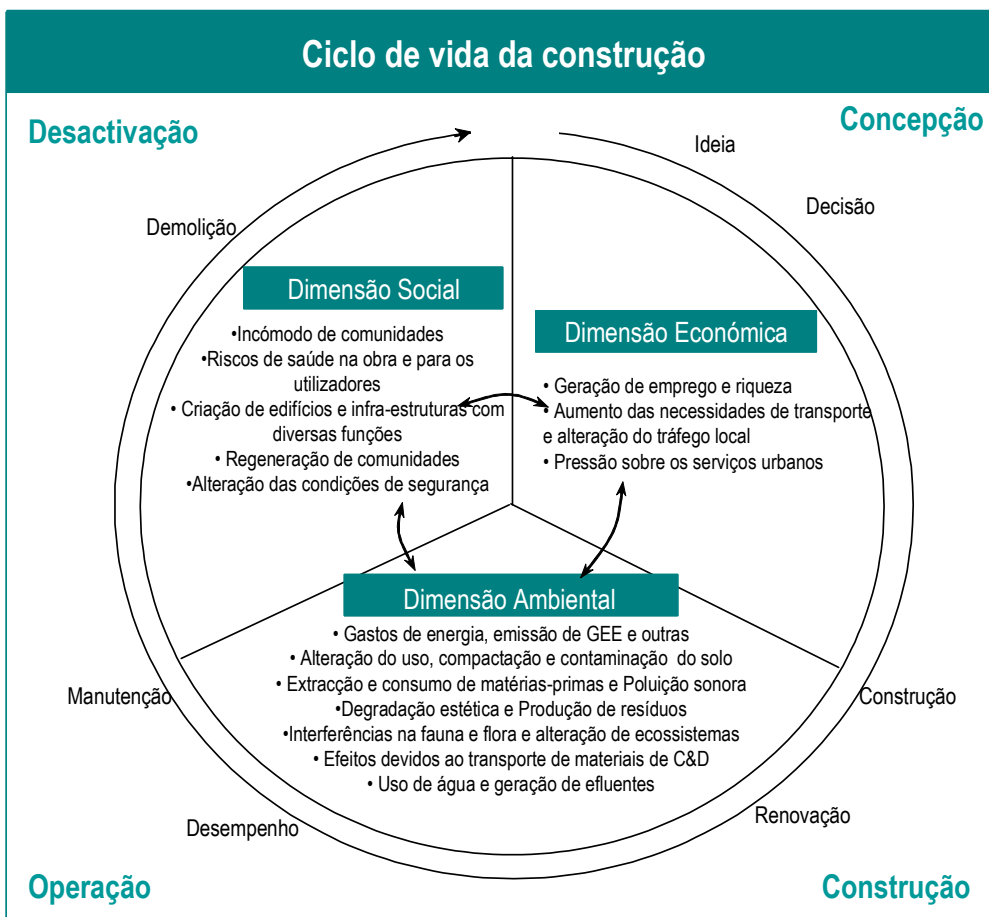
### 3-7 - Disponibilidade para a Pegada Ecológica em Portugal (Wackernagel *et al.*, 2005)

Ao comparar a pegada ecológica a nível nacional, a qual, por exemplo, em 1999, excedia já as disponibilidades existentes, em 2,88 ha globais/*per capita*, verifica-se que para o País estar em equilíbrio seria necessário ter quase o triplo da área ou dos recursos actualmente existentes. Ao observar a pegada das actividades presentes e das disponibilidades, verifica-se que apenas na componente florestal as disponibilidades não excedem as necessidades. As restantes actividades revelam-se claramente deficitárias nesta perspectiva de análise, revelando a importância da pegada energética e alimentar.

**Actividades de construção**

As actividades ligadas à construção têm como aspectos ambientais mais significativos potenciais alterações no estado e disponibilidade de recursos, como materiais, água e energia, na geração de cargas (emissões atmosféricas, efluentes líquidos, resíduos sólidos e semi-sólidos, ruído e poluição térmica) e consequente afectação ambiental, bem como na criação e alteração dos ambientes construídos (qualidade do ar interior e iluminação, entre outras).

Quer a actividade construtiva, quer as estruturas construídas vão, directa e indirectamente, gerar emprego, criando uma dinâmica social importante, contribuindo para o reforço das comunidades urbanas e suas inter-relações. Se devidamente consideradas, as questões ambientais e sociais e as necessidades destas, vão criar riqueza, emprego e contribuir para o desenvolvimento, que se espera ser sustentável



**3-8 - Impactes Ambientais no ciclo de actividades da construção**

Nas actividades efectuadas nos edifícios, os consumos correspondem, a nível nacional, a 22% da energia final (DGE, 2002) e a 74% do abastecimento de água pela rede pública (em 2003). A produção de águas residuais no sector residencial e dos serviços passou de 3,4 Milhões de m<sup>3</sup> em 1995 para 4,4 Milhões de m<sup>3</sup> em 2002 (IA; 2005). A produção dos resíduos urbanos em Portugal Continental aumentou de 3 Mt ano em 1991 para 4,4 Mt em 2005 (IA, 2006) podendo vir a atingir entre 15 a 33% dos resíduos industriais banais, dependente da dinâmica económica do sector da construção (Pinheiro, 2006).

O impacte varia ao longo das várias fases do ciclo de vida, evidenciando a importância da estrutura dos materiais nos edifícios e da operação na energia, já que a maioria dos impactes está associado aos gastos com electricidade e produção de materiais de construção, bem como a possibilidade de reduzir o consumo de energia.

Os Europeus passam 90% do seu tempo em ambientes edificados (IA, 2007); outros estudos revelam que os níveis de poluição do ar interior são duas vezes mais elevados do que no exterior, favorecendo a existência de alergias, enxaquecas, asma e cancro.

No caso de se procurar atingir uma situação de equilíbrio entre as actividades, incluindo o ambiente construído, tal deve passar por uma mudança de actuação. Neste contexto, face ao nível existente de pressão, coloca-se a necessidade de se proceder a reduções estruturais, se se pretender atingir um equilíbrio e manter a população, passando pela procura de sustentabilidade, com foco na dimensão ambiental como caminho.

Os dados apresentados, revelam que importa inverter a tendência e atenuar a intensidade em materiais, energia (maior renovabilidade) e água, reduzir as emissões, nomeadamente de CO<sub>2</sub>, e circunscrever a pressão sobre o território.

Tradicionalmente, o foco ambiental centra-se na poluição, nomeadamente nas cargas das emissões para o ar, água, produção de resíduos, ruído e na ocupação do solo. No entanto, se estes aspectos são importantes, não devem deixar de se considerar questões como os consumos e o ambiente interior.

#### 4. O Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável – a Agenda 21

Historicamente, o domínio do ambiente ganhou importância face à necessidade de reagir e reduzir poluentes perigosos, controlar a poluição e a degradação dos recursos como factor limitante do crescimento (Meadows *et al.*, 1972), dando origem a uma política própria com a conferência de Estocolmo (1972), que progressivamente evolui até uma lógica mais preventiva e posteriormente proactiva com a noção de desenvolvimento sustentável.

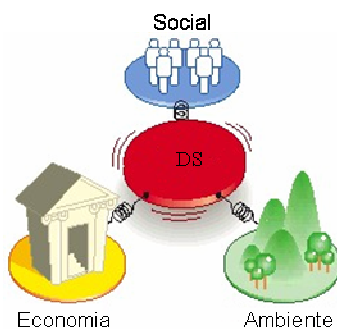
A definição mais comum de desenvolvimento sustentável é a de “um desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às delas” (WCED, 1987). Esta perspectiva mobilizou progressivamente as autoridades e os vários agentes sectoriais, quer a nível internacional, quer nacional (por exemplo, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS).

A ENDS, pretende entre outras “ *criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento, cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do ambiente, num contexto de crescente complexidade, nacional e internacional, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a sociedade do conhecimento, uma mudança no padrão de actividades do país.*

*Modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, para que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para a sustentabilidade e contribuir de forma empenhada para a conservação da biodiversidade e para a sustentabilidade dos ecossistemas, para o desenvolvimento económico e social global, bem como para um ambiente melhor e mais seguro à escala do planeta, numa óptica de segurança e desenvolvimento, facilitar a actuação das empresas ao longo do seu ciclo de vida.”*

No entanto, a simplicidade da definição de desenvolvimento sustentável (decorrente do relatório *Brundtland*) não fornece bases inequívocas para a actuação, até porque a definição de necessidades pode ser variável, sendo por vezes utilizadas mais como rótulo. Assim, a teoria e a prática nem sempre são consistentes, levando a procurar uma dinâmica que resulta da ausência de consenso acerca de um processo que todos acham desejável.

Associada a esta lógica de desenvolvimento está a tripla dimensão ambiental, económica e social (Elkington, 1998), designada em inglês por *Triple Bottom Line* (TBL). Pode metaforizar-se esta relação com as tensões criadas num conjunto de molas que equilibram as tensões presentes.



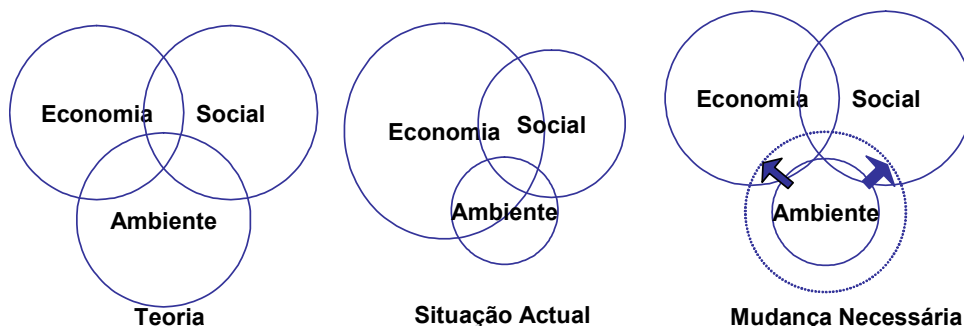
#### 4-1 - Equilibrar as três dimensões para o desenvolvimento sustentável (Sousa, 2006)

Alguns autores defendem que a sustentabilidade económica pode ser obtida através do maior investimento na protecção ambiental. Outros assumem que os problemas ambientais se têm vindo a deteriorar, e que parte se deve à ambiguidade do conceito de desenvolvimento sustentável e da falta de sentido substantivo do mesmo. No geral, parece verificar-se que em primeiro lugar se definem as prioridades económicas, depois as sociais e finalmente as ambientais, o que levou a um domínio das agendas por todo o mundo de uma versão insustentável do desenvolvimento sustentável.

A evolução do conceito de sustentabilidade acima visualizado, encarado como a interface entre o ambiente, a sociedade e a economia, na perspectiva da avaliação da sustentabilidade, por si só não assegura efectivamente as práticas sustentáveis. Importa pois enfatizar uma mudança estrutural no paradigma da política internacional, tendo em vista caminhar para que a dimensão ambiental se posicione de maneira mais equilibrada (IUCN, 2004) e com maior importância.

A procura em aumentar a importância ambiental é decisiva para dispor da sustentabilidade forte, na qual o capital natural é assegurado. Pode desta forma chegar-se à noção de sustentabilidade absoluta onde os recursos não renováveis nunca podem ser utilizados de todo e os recursos renováveis podem apenas ser extraídos ou utilizadas à sua taxa anual de crescimento.

Uma vez que os problemas ambientais no nosso planeta resultam da acção do Homem, a consideração dos aspectos sociais é essencial para a resolução desses problemas. No entanto, a importância ambiental, em especial ao assegurar os processos naturais, perspectiva que o ambiente deve ser a base de partida em termos de sustentabilidade forte.



#### **4-2 - Os três pilares para o desenvolvimento sustentável: a teoria, a realidade e a mudança necessária**

A importância do ambiente é incontornável, uma vez que, por exemplo, os ciclos ecológicos, incluindo o ciclo dos nutrientes e da água, são a base de suporte dos sistemas, incluindo o económico e o social. A procura de sustentabilidade deve assentar na dimensão ambiental. Dificilmente se consegue desenvolvimento se for afectado estruturalmente o ciclo de água, através de poluição grave. A ausência de água de qualidade potável ou para outros usos estruturais limitaria o desenvolvimento. Esta dimensão, que assume que se preservam e valorizam os recursos naturais essenciais, assume-se como sustentabilidade forte.

É como consequência deste conjunto de preocupações que a Agenda 21 se posicionou como uma das mais importantes acções, no sentido de garantir o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 21 é o principal documento que resultou da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Tem como principal preocupação o futuro do planeta a partir do século XXI e tem como intenção assegurar o desenvolvimento das comunidades e respectivos países com maior justiça social e sem prejuízo do meio ambiente.

Trata-se de um plano de acção das Nações Unidas, aprovado por 173 governos presentes na conferência, que procura promover acções que permitam um desenvolvimento atento a questões tais como a cooperação internacional no auxílio da implementação do desenvolvimento sustentável a países em vias de desenvolvimento, a luta contra a pobreza e a alteração dos padrões de consumo, entre outras questões sociais. A conservação e a



gestão de recursos são igualmente consideradas, nomeadamente a atmosfera, a água doce e os oceanos, bem como os ecossistemas e a diversidade biológica, para além de uma gestão ambientalmente sã da agricultura, das biotecnologias e das actividades que produzem resíduos.

Deste modo a Agenda 21 serve de guia para as acções dos governos e comunidades que pretendam desenvolvimento sem prejuízo do meio ambiente, através de um plano a curto, médio e longo prazo, que envolva diferentes partes – actores e grupos sociais – através da obtenção de consensos. A metodologia de planeamento é de carácter estratégico, intervindo através de acções concretas, considerando a definição de metas, recursos e responsabilidades. Os actores e grupos sociais ficam assim vinculados, havendo lugar à existência de parcerias entre o Estado e a Sociedade com o objectivo de atingir um desenvolvimento sustentável.

## **5. Agenda 21 Local**

Após a Carta de *Aalborg* em 1994, que deu origem à Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis em Outubro de 1996 com a realização em Portugal da 2ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, os representantes de 35 países Europeus identificaram a necessidade das autoridades locais serem envolvidas nos processos da Agenda 21 Local.

A Agenda 21 Local constitui uma agenda elaborada a um nível local para comunidades e municípios, representando uma concretização dos princípios da Agenda 21 a uma escala de maior proximidade. Embora constitua um compromisso efectuado entre a comunidade e um governo, esta agenda não tem qualquer vinculação ou subordinação à Agenda 21 Local ao nível de um país mais vasto.

O capítulo 28 do plano de acção convida todas as comunidades locais a criarem o seu próprio plano de implementação, ou seja, a sua Agenda 21 Local. No ponto 28.1 pode ler-se que *“devido ao facto de muitos problemas e soluções abordados na Agenda 21 Local terem as suas raízes em actividades locais, torna-se um factor determinante para o cumprimento dos seus objectivos a participação e cooperação dos poderes locais. Os poderes locais criam, dirigem e mantêm infra-estruturas económicas, sociais e ambientais, supervisionam processos de planeamento, estabelecem políticas e normas de ambiente locais e participam na implementação nacional e sub-nacional de políticas ambientais. Como nível de organização mais próximo das pessoas, eles desempenham um papel vital na educação, mobilizando e respondendo ao público para promover o desenvolvimento sustentável”*.

Trata-se, pois, de traduzir em termos de planos e acções concretas para os territórios das próprias comunidades, os princípios da Agenda 21, pretendendo constituir um contributo para a divulgação das preocupações ambientais à escala local e para, simultaneamente, incentivar o diálogo e sugerir medidas concretas de actuação.

Em 2002, realizou-se em Joanesburgo (África do Sul) uma Conferência Mundial para comemorar os 10 anos da ECO92 (Rio de Janeiro), onde foram confirmados e reforçados os princípios referentes à Agenda 21 a nível local.

Ao elaborar uma Agenda 21 Local, as autoridades locais de Pombal estão a assumir um compromisso de desenvolver e alcançar um consenso no seio da sua comunidade local sobre um plano de acção a longo prazo rumo à sustentabilidade. Tal implicará um reconhecimento



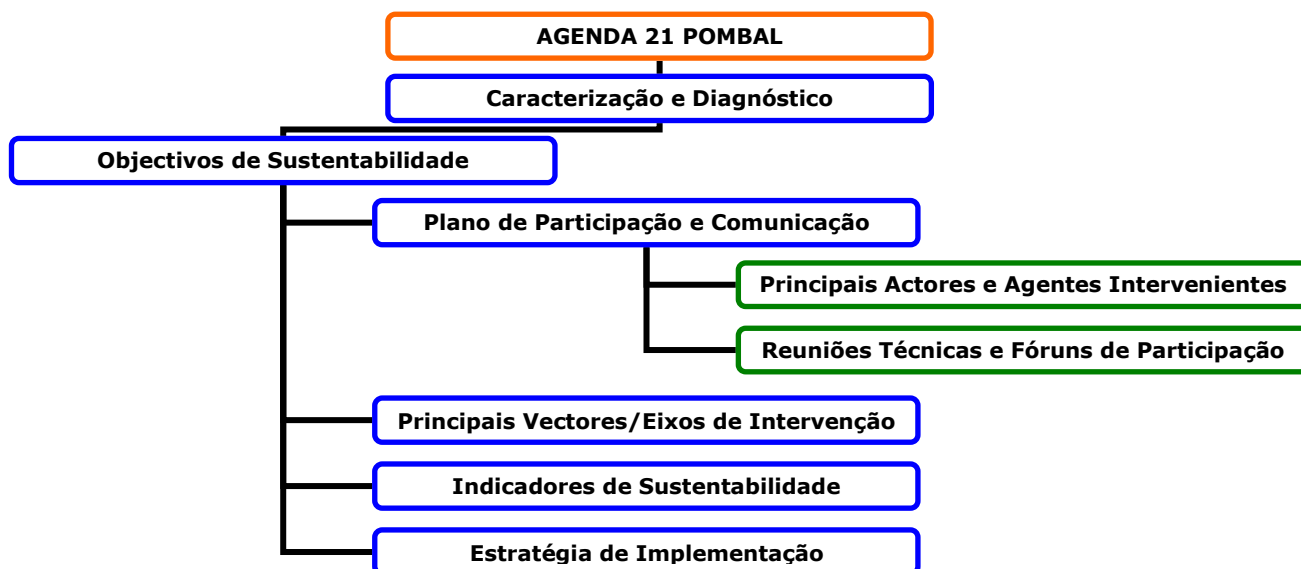
da necessidade de avaliar o seu desenvolvimento, com foco no desenvolvimento urbano sustentável na UE, através de um quadro de acção – Comunicação da Comissão Europeia (1998) – incluindo a redução dos impactes ecológicos das actividades urbanas que estão na dianteira das preocupações ambientais.

## **6. Aspectos importantes para a Implementação da Agenda 21 Local em Pombal**

As últimas décadas indicam uma clara mudança na visão da humanidade em relação ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas. As estratégias propostas demonstram uma tendência para a manutenção do capital natural, em detrimento de uma industrialização massiva e descontrolada. Pombal não deve fugir a este espírito, assente numa postura de mudança e num pensamento sustentável. Não se pode pensar em desenvolvimento sem a protecção das questões ambientais, conciliando simultaneamente justiça social e eficiência económica, o que constitui uma oportunidade e não uma ameaça ao desenvolvimento.

Ao aceitar o desafio de realizar uma Agenda 21 Local para Pombal, o Município passa a considerar as políticas económicas sem ignorar o impacto das opções actuais no desenvolvimento das gerações futuras. Esta estratégia visa lutar por uma melhoria das condições de vida e contra as desigualdades, com o objectivo de atingir sempre elevados níveis de satisfação das pessoas. Este desenvolvimento sustentado implica objectivamente abrir o horizonte temporal para o longo prazo, abrangendo as próximas gerações, mas também o horizonte espacial, concebendo um mundo cada vez mais próximo de cada indivíduo. E isto implica seguir princípios de sustentabilidade que passam pelos temas de Ambiente e Qualidade de Vida, Pensamento Holístico, Parcerias e Participação, Compromisso e Responsabilidade e Igualdade e Justiça, sem esquecer as Limitações Ecológicas da Terra.

Além dos aspectos teóricos anteriormente explorados relativamente à Agenda 21 Local, o aspecto estrutural é de extrema importância, já que este documento constitui essencialmente um plano com orientações estratégicas.



#### 6-1 - Principais Elementos da Agenda 21 Local

Assim, existem aspectos e etapas que não podem ser esquecidos na implementação da Agenda 21 Local, nomeadamente:

- ✚ Elaboração técnica e participada da caracterização e do diagnóstico preliminar, referentes ao estado do desenvolvimento sustentável do local (efectuado no Volume I);
- ✚ Delineação de um plano de participação e comunicação, em que a população tenha uma maior intervenção e, conseqüentemente, maior influência na evolução e crescimento do concelho. É importante frisar que ao longo de todo o processo de elaboração da Agenda 21 Local devem existir diversos momentos fortes de participação (*fora* de actores, espaços de participação complementar), bem como momentos de concertação e de mobilização de interesses;
- ✚ Construção de uma visão e identificação dos principais vectores ou eixos de intervenção da estratégia de desenvolvimento procurando aproximar os diferentes níveis do território – diagnóstico por vector estratégico – principais projectos e principais actores;

- ✚ Identificação de todas as entidades que deverão estar envolvidas, bem como possíveis parceiros para implementar algumas acções;
  
- ✚ Elaboração de um diagnóstico selectivo referente a cada eixo de intervenção;
  
- ✚ Identificação dos indicadores de sustentabilidade mais adequados para avaliar as evoluções e alterações no concelho. Estes indicadores devem ajustar-se o melhor possível às políticas locais e devem *a posteriori* ter a validação pela população e agentes locais.

Num quadro estratégico de intervenção e de preparação de um plano preliminar de acção, procede-se pois ao cruzamento das abordagens retrospectivas e perspectivas, definindo os grandes objectivos gerais, estratégias e acções concretas – Estratégia de implementação.

## 7. Objectivos de Sustentabilidade

Tendo por base quer o documento de Caracterização e Diagnóstico Ambiental apresentado no Volume I, quer o resultado das diversas reuniões de trabalho tidas com os responsáveis políticos, administrativos e técnicos do Município de Pombal, é possível definir objectivos e metas mais específicos que derivam do objectivo de base “garantir o desenvolvimento sustentável” – opção única que possibilita a partilha de espaço e tempo entre seres humanos e a partilha de recursos sem os danificar, na perspectiva de uma sustentabilidade forte, atrás definida.

Nesta perspectiva, ponderados os resultados obtidos na avaliação geral efectuada e as expectativas dos diferentes agentes envolvidos nesta fase, definiram-se os seguintes objectivos de sustentabilidade para o concelho de Pombal:

### **Economia Sustentável – Turismo, Valorização Industrial e Energia**

Um dos principais objectivos de sustentabilidade para o concelho de Pombal é o de promover o desenvolvimento sustentável, orientado para uma actividade económica que corresponda a



um equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade forte.

Para garantir o futuro torna-se pois essencial redefinir um modelo de crescimento económico que garanta o bem-estar, sem prejudicar o ambiente.

Deve ser promovida a eco-eficiência, a inovação e o desenvolvimento e a consolidação de sistemas de gestão ambiental, através

de mecanismos legais e de controlo, sendo que se deverá ter em consideração factores de promoção destes, como incentivos, taxas para empresas, criação de emprego no sector ambiental, a actividade de turismo sustentável e o ecoturismo. Assim, as actividades como a indústria e o turismo do concelho devem passar a seguir a via do desenvolvimento tecnológico orientado para a sustentabilidade.

Além disso, a preservação dos recursos naturais e a promoção do uso de energias renováveis (aproveitamento da biomassa, eólica e solar) devem ser objectivos para a Agenda 21 de Pombal. É importante criar uma nova cultura face aos recursos naturais, garantindo a eficiência do uso da energia e promovendo o uso de energias renováveis com o devido contributo para a economia do concelho.

### **Mobilidade**

Melhorar a mobilidade e tornar as estradas locais agradáveis e seguras deve constituir uma prioridade. A acessibilidade e o seu balanço com os espaços urbanos, bem como a promoção do uso de transportes públicos – não poluentes e rápidos – dos passeios pedonais e ciclovias tornam o impacto do tráfego no ambiente mais reduzido, a mobilidade mais sustentável e o ambiente mais agradável de se viver.



### **Resíduos**

A melhoria no sistema geral de gestão de resíduos é outro dos objectivos de sustentabilidade, atingido através da sensibilização, da informação e dos investimentos adequados (não descurando, obviamente, a perspectiva de retorno financeiro destes).



Estas acções deverão permitir que se efectue a redução da produção de resíduos e se promova a reutilização e a reciclagem dos mesmos. Para tal, é necessário que o modelo de recolha de resíduos e a gestão da limpeza se comprometa a fazer a recolha selectiva de resíduos tão facilitada quanto possível para os residentes, comércio/serviços e empresas e grandes produtores, incluindo as tipologias de papel/cartão, vidro, embalagens plásticas e metálicas, pilhas e resíduos orgânicos.

### Educação (Ambiental) e Coesão Social

Aumentar a coesão social potenciando os mecanismos de equidade e participação deve ser um objectivo a atingir. Uma sociedade sustentável necessita de ser uma comunidade unida, na qual todos possam beneficiar das mesmas oportunidades para tomar parte do desenvolvimento económico e do progresso social.



Em Pombal um dos objectivos principais será o de aumentar o bem-estar da população residente, nomeadamente através da promoção da multiculturalidade, acesso à educação, informação e novas tecnologias, habitação, saúde pública e emprego, incluindo aos portadores de deficiência

e imigrantes, entre outras minorias.

Nesta linha de pensamento, é necessário, não só o envolvimento activo dos cidadãos mas também assegurar compromissos por parte da população, nomeadamente aproveitando a dinâmica dos programas específicos já existentes. Para tal será necessário aumentar a consciencialização do público nos assuntos da sustentabilidade, sobretudo através da educação ambiental e comunicação, já que as escolas serão um motor importante para alcançar este desiderato. Assim, assume aqui especial destaque a continuação das acções já em desenvolvimento no quadro do designado Plano de Actividades de Educação Ambiental.

Este constitui uma ferramenta importante na educação para o desenvolvimento sustentável da comunidade educativa e da população em geral. Os objectivos do Plano passam por promover as actividades de educação ambiental (por iniciativa ou em parceria com o município), apoiar as escolas, dinamizar os espaços de educação ambiental existentes no município e incentivar e apoiar a participação das escolas no programa Eco-Escolas.

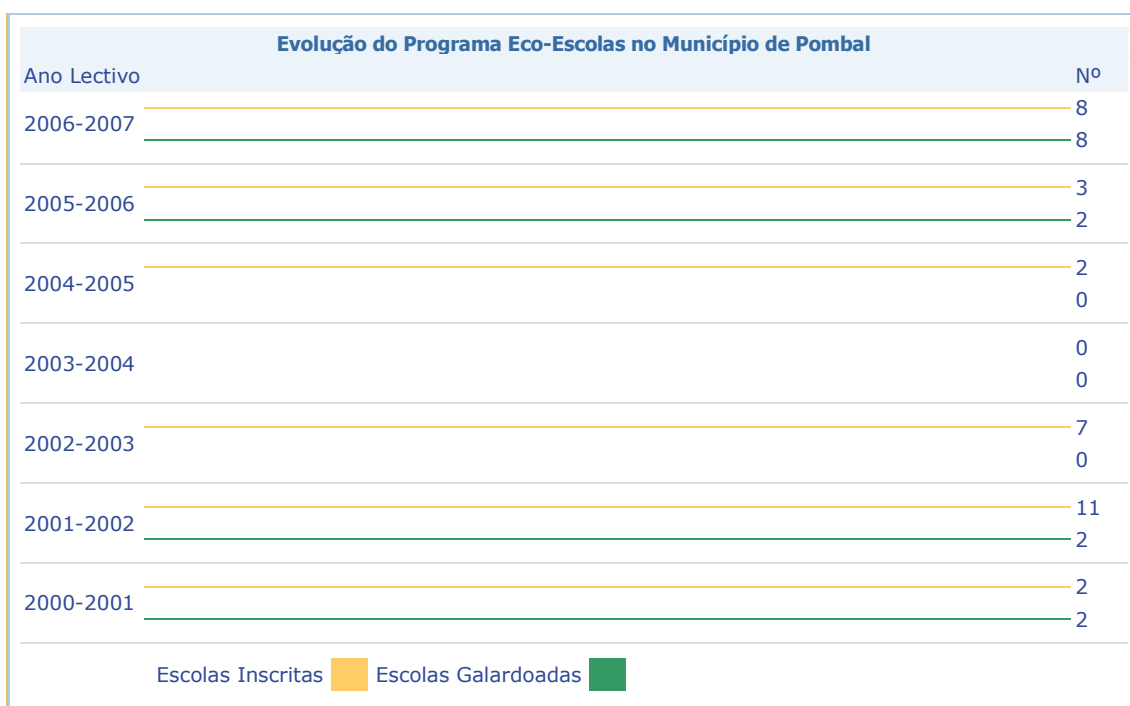
Tais actividades de educação ambiental em curso (e que deverão ser aprofundadas) distribuem-se por sete grupos, a saber:

- Datas comemorativas/efemérides;
- Acções de sensibilização;
- Ateliês;
- Projectos;



- Visitas de estudo;
- Exposições;
- Outras actividades (água, resíduos, energia, fauna e flora, poluição atmosférica, etc.).

É de salientar a participação do município no programa Eco-Escolas. O município de Pombal tem vindo a participar activamente no quadro de tal programa, de forma crescente e consolidada. No ano lectivo de 2006/2007, 8 escolas inscreveram-se no programa e foram galardoadas pelo mesmo.



### **Ecologia – Espaços Verdes e Biodiversidade**

Proteger e conservar os espaços e valores naturais e expandir as áreas urbanas verdes contribuirá para preservar a biodiversidade de Pombal e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Deve assumir-se um compromisso no sentido de reforçar a consciencialização dos habitantes acerca da herança natural do concelho bem como da necessidade de melhorar a gestão dos espaços.



### **Ordenamento do Território e Qualidade do Ambiente**

Dotar a cidade e as zonas urbanas e residenciais do concelho com espaços públicos de qualidade, acautelando a sua eventual expansão urbana e industrial, dando especial ênfase à requalificação, amplificação e desenvolvimento dos espaços construídos já existentes. Visa-se assim atingir níveis de qualidade ambiental óptimos e constituir um território saudável. A



qualidade do ambiente da cidade, alimentação, limpeza e conforto acústico têm impacte directo na saúde das pessoas que vivem no concelho de Pombal. Desta forma, a naturalização dos espaços urbanos (em função da área onde se inserem) e a motivação da participação da

população na manutenção desses espaços constitui um aspecto importante neste domínio.

Para o cumprimento destes objectivos é importante que sejam tomadas medidas que visem a melhoria e requalificação desses espaços urbanos, na sequência das acções já iniciadas pelo Município de Pombal no quadro da requalificação do património natural e cultural.

No âmbito daquilo que constitui o compromisso para com o documento que resultou da Conferência do Rio de Janeiro em 1992, o objectivo último da agenda 21 Local para Pombal, deve ser a redução do impacte das actividades humanas, não só no concelho, como no País e, em última análise, no Planeta.

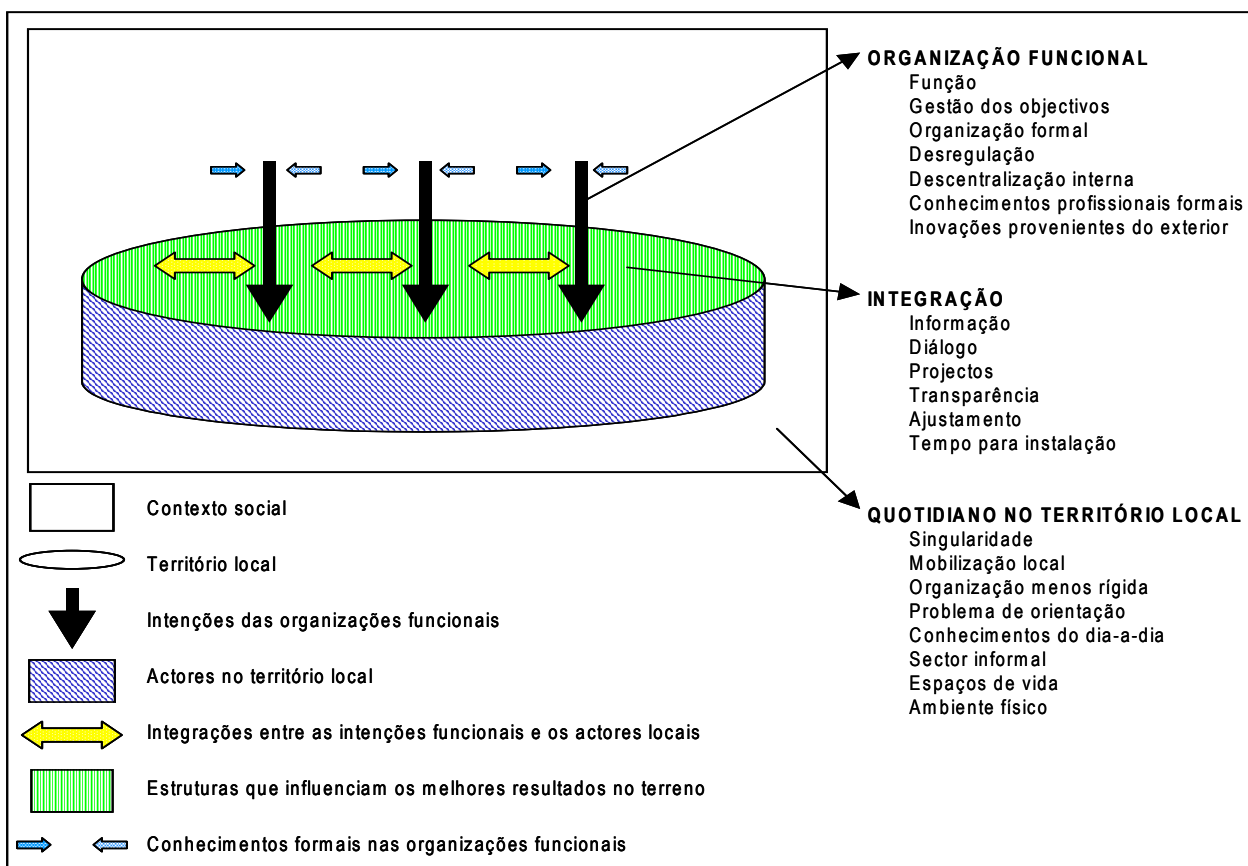
## **8. Participação e Estratégias de Participação / Comunicação**

Falar de Agenda 21 Local é usualmente sinónimo de fomento da participação pública, uma vez que a filosofia de base desta Agenda consiste precisamente em considerar a Participação e a Acção do público e partes interessadas como sinónimo de reforço das competências da comunidade e de resposta aos objectivos do desenvolvimento sustentável.

Na sua essência, a Agenda 21 Local é um processo participativo através do qual os agentes locais e os cidadãos preparam e implementam um Plano de Acção para o desenvolvimento sustentável. Este Plano de Acção resulta da discussão e definição de uma visão comum para o futuro do território e estabelece estratégias e orientações a nível local com vista à protecção ambiental, ao desenvolvimento económico e ao bem-estar da comunidade.

Assim, a participação pública é a base deste processo porque são os cidadãos e as entidades locais que vão definir o modelo de desenvolvimento sustentável para o local onde estão inseridos, mesmo que (como é o presente caso) com base num documento estruturado, que visa impulsionar a intervenção e a participação dos diversos agentes envolvidos nos processos locais de desenvolvimento sustentável.

Entende-se, nesta perspectiva, que o fomento da Agenda 21 Local em Pombal, deve assentar numa política de democracia e cooperação. Não pode ser imposta "de cima", mas deve incluir todos os agentes económicos que definam a extensão e a forma da respectiva cooperação, articulando os diversos níveis de decisão na perspectiva do reforço dos processos de decisão local, de que a figura abaixo especifica os aspectos principais (Andersson: 1992).



**8-1 - As Palavras - Chave para a participação nos processos de Desenvolvimento sustentável local**

Este processo, continuamente enriquecido, pretende incentivar o envolvimento da população nas questões locais, induzir a formação de parcerias, fomentar a cooperação e a responsabilização colectiva das decisões tomadas e partilhar a resolução dos problemas. Desta forma, reveste-se de um carácter único, uma vez que a sua elaboração, implementação e evolução dependem das características locais. É um processo interactivo, dinâmico e de melhoria contínua, uma vez que se reajusta às mudanças e situações ao longo do tempo.

### **Plano de Participação**

A participação pública induz um sentimento de confiança e responsabilidade na comunidade, estimulando-a a prosseguir no rumo da sustentabilidade e preenchendo o fosso entre políticos e cidadãos. A participação dos cidadãos no processo da Agenda 21 Local de Pombal deve ser fomentada, sendo essencial para a discussão dos temas debatidos a implementação de novas iniciativas. Deste modo, todos os cidadãos do concelho de Pombal e outros intervenientes com influência no concelho devem ser chamados a participar de forma interactiva e construtiva na sua Agenda 21 Local, através de técnicas mais ou menos complexas e de modo formal ou informal.

Com a Agenda 21 Local do Município de Pombal pretende-se essencialmente:

- ▶ Sensibilizar os políticos e as autoridades locais para a integração do processo da Agenda 21 Local nas decisões políticas;
- ▶ Sensibilizar os diversos agentes locais e toda a comunidade em geral para a necessidade de serem conhecidas as características ambientais e territoriais do concelho, de clarificar a respectivas capacidades, bem como a sua integração no planeamento e gestão territorial;
- ▶ Apresentar os principais problemas ambientais e territoriais identificados pela comunidade e as perspectivas futuras para a sua resolução.

A participação pública constitui assim um elemento chave no processo da Agenda 21 Local, contribuindo desta forma para um desenvolvimento consensual e para o sucesso da implementação do Plano de Acção.

O Plano de Participação é, por isto, uma figura que deve ser antes de mais vista como um instrumento que promova a participação nas várias etapas do processo de Agenda 21 Local, procurando responder às expectativas dos intervenientes e antevendo o possível envolvimento nos processos de implementação. Simultaneamente, deve ser feita uma boa campanha de informação e de sensibilização à comunidade para que a participação seja mais positiva.

Os objectivos de tal Plano de Participação podem ser sumariados em torno dos seguintes aspectos:

- ▶ Alertar para os problemas ambientais, sociais e económicos existentes, numa perspectiva de sustentabilidade;
- ▶ Orientar a população local na satisfação das suas necessidades, sem danificar os sistemas naturais, culturais e sociais existentes;
- ▶ Garantir a manutenção das características ambientais e ecológicas do concelho e promover a sua qualidade global;
- ▶ Integrar os objectivos da política ambiental com as políticas sociais e económicas, numa perspectiva de sustentabilidade, de uma forma participada;
- ▶ Promover novas formas de envolvimento dos cidadãos, definindo prioridades consensualmente estabelecidas e diminuindo os conflitos sociais;
- ▶ Promover o desenvolvimento, salvaguardando as limitações e potencialidades do ambiente natural.

Assim, o Plano de Participação deve ter os seguintes momentos:

- 📌 Criação de momentos fortes de participação em *fora* de actores;
- 📌 Espaços de participação complementar;
- 📌 Momentos de concertação e mobilização de interesses.

Na página seguinte apresenta-se um esquema onde estão representadas as principais etapas e intervenientes internos e externos do processo da Agenda 21 Local.

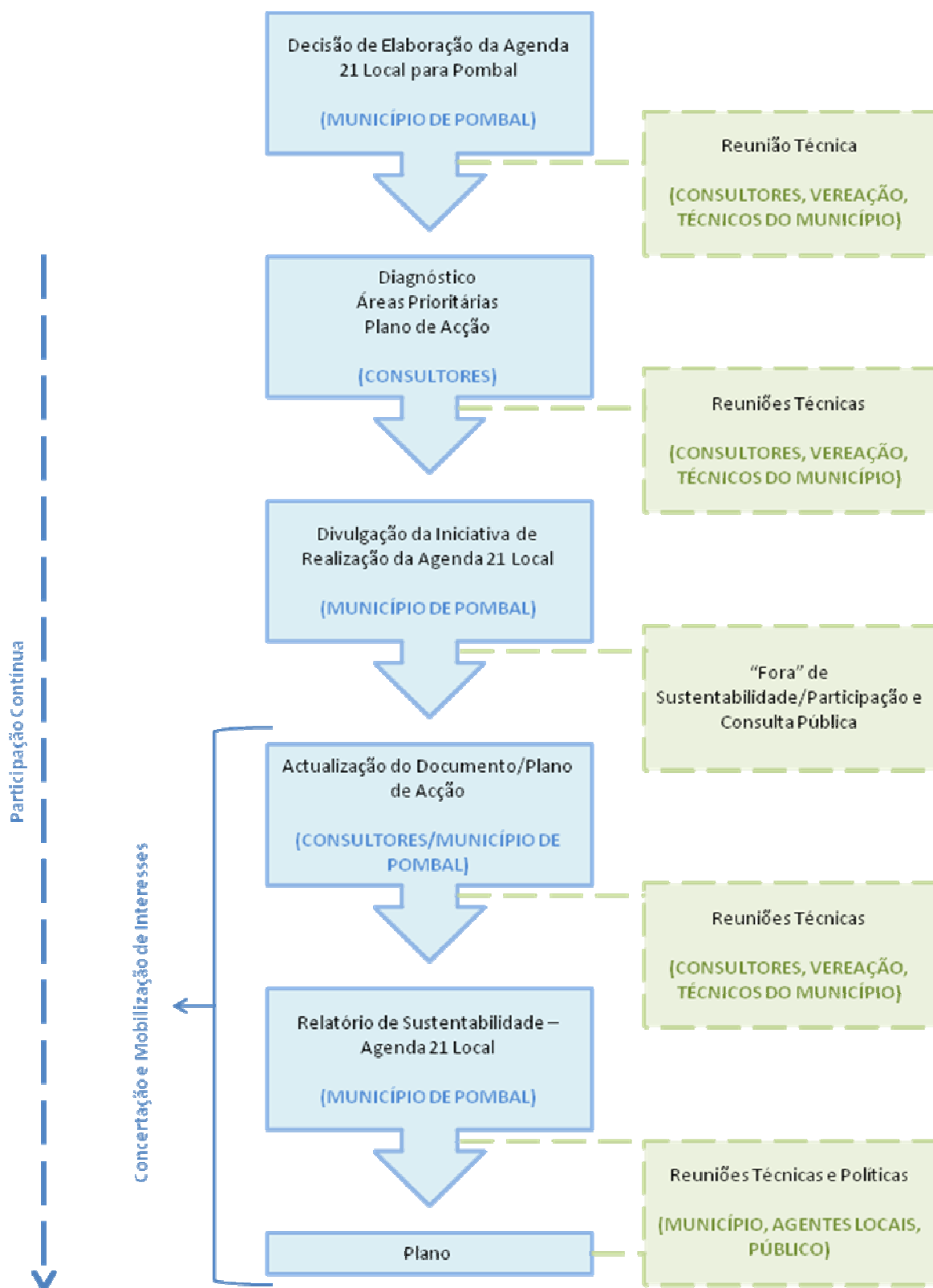


Figura 8-2 - Principais Etapas dos Momentos Fortes de Participação no processo da Agenda 21 Local

A essência participativa da Agenda 21 Local deve ser assegurada a médio e longo prazos. No seu âmbito deve-se criar um *Forum* de participação independente do governo local, de modo a que as questões de interesse municipal sejam debatidas construtivamente, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável. Os *fora* participativos servem, portanto, para acompanhar de forma sistemática toda a Agenda 21 Local e coordenar as várias estruturas existentes.

O *Forum* da Agenda 21 Local deve ser um espaço político de planeamento sócio-económico-ambiental participativo e constituído por representantes governamentais e da sociedade. Neste sentido, o *Forum* tem importantes atribuições, nomeadamente, entre outros: Representar os interesses da comunidade, propor grupos de trabalhos temáticos, sugerir alocação de recursos, encaminhar e divulgar o relatório de actividades e acompanhar auditorias.

O principal modo das comunidades e dos cidadãos se envolverem neste processo é envolvendo-se nos trabalhos do *Forum*, encaminhando propostas que devem ser avaliadas pelo maior número de actores sociais, através da sua discussão através dos meios electrónicos disponíveis (internet) e das associações e órgãos de poder local (freguesias). No entanto, as audiências públicas, com datas pré-fixadas durante o ano e ampla convocação pelos meios de comunicação social, constituirão um importante instrumento de participação.

Este *Forum* não necessita, forçosamente, de possuir um sítio físico fixo, podendo realizar-se e ocorrer de forma informal, em equipamentos colectivos e espaços públicos, ou através da Internet. Este último meio pode ser uma ferramenta poderosa de participação nos processos de planeamento, embora só seja eficaz para a população info-integrada. O mais importante é garantir a existência de um grupo de trabalho autónomo, interessado e flexível.

Deve deixar-se bem claro que o *Forum* constitui apenas uma estrutura consultiva, que visa antes de mais discutir os aspectos principais em presença. Trata-se assim de um órgão estritamente consultivo, de discussão, que visa assegurar a ampla participação na definição de linhas orientadoras e não tanto de um órgão de decisão, a qual é, em última instância, garantida no espaço e momento próprios, ou seja, nos órgãos autárquicos democraticamente eleitos. A presença das mais variadas organizações e pessoas nesta estrutura faz adivinhar a existência de um panorama de discussões públicas, fundamentais para o bom desenrolar da Agenda. O *Forum* pode ainda decidir criar vários grupos de trabalho temáticos, de modo a aprofundar a análise de determinadas matérias.

É importante que exista a figura dos grupos coordenadores das mesas para que, durante os *fora*, os mesmos possam de certa forma mediar, controlar, guardar e coordenar a informação debatida.

Limitações de tempo e recursos, bem como os reduzidos hábitos de participação inerentes à matriz cultural da sociedade portuguesa, implicarão, numa primeira fase, o recurso a estratégias mais expeditas, tais como o contacto informal com alguns órgãos de organizações cívicas e municipais.

O Plano de Participação é dirigido aos Agentes Locais envolvidos (ou que se queiram envolver), no âmbito dos processos de participação, através dos quais serão seleccionadas as áreas onde se pretende intervir e serão definidas as prioridades de acção.

A conservação e a gestão dos recursos para o desenvolvimento são a secção mais vasta da Agenda, apresentando um leque de recursos que têm de ser considerados em detalhe, para se conseguir obter um desenvolvimento sustentável aos níveis local, nacional e global. É, também, revisto o reforço do papel dos grupos principais, onde se reconhece a necessidade de dar ênfase à participação da comunidade, através dos seus diferentes grupos. Este, engloba os Instrumentos de Execução, que aborda os meios para alcançar os objectivos de um futuro sustentável e inclui aspectos técnicos, financeiros, educativos, legais e institucionais, entre outros.

O Plano de Participação, além de estrutural, tem um papel complementar e importante na identificação do quadro de actores locais mais importantes, até porque o seu âmbito inclui a intervenção e possível identificação de uma rede de actores para a Agenda.

#### **Principais Agentes Intervenientes**

Além de uma estreita interacção com a Câmara Municipal de Pombal, o processo de elaboração da Agenda 21 Local do Município é aberto à participação interactiva de todos os particulares e organizações interessados no concelho, como associações, grupos, núcleos culturais, sociais, recreativos e desportivos, entre outros agentes económicos (agrícolas, florestais, industriais, comerciais, etc.). A promoção da participação nas várias etapas da Agenda e a tentativa de resposta às expectativas dos cidadãos implicam relações multilaterais a vários níveis de poder.

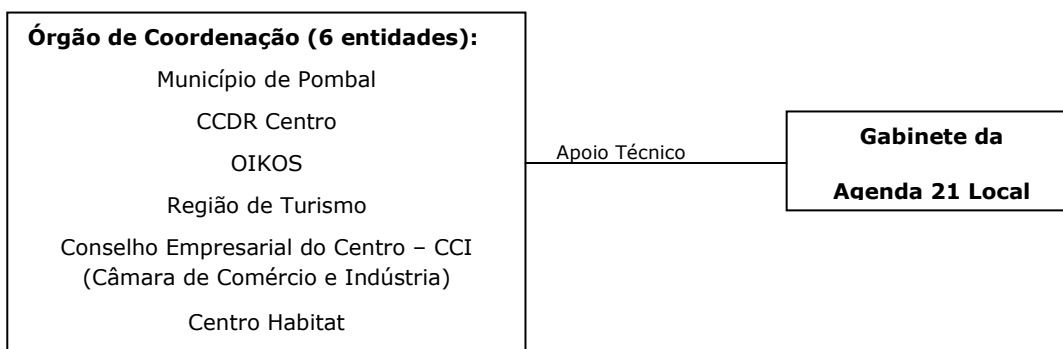
Todos são chamados a participar, de forma interactiva e construtiva, na busca contínua e complexa do caminho para o Desenvolvimento Sustentável de Pombal e do país.



Figura 8-3 – Actores Intervenientes na Agenda 21 Local de Pombal

Os critérios de selecção dos agentes e organizações intervenientes pretendem cobrir todo o território do concelho, pelo que se tentou incluir pelo menos uma associação por freguesia, de modo a atingir várias faixas etárias e actividades socioeconómicas.

Sugerem-se os seguintes participantes para a Agenda 21 Local de Pombal:



#### Entidades Participantes na Reunião Preparatória

##### Município de Pombal - Quadros Políticos

Presidente da Câmara - Eng.º Narciso Mota

Ambiente, Desenvolvimento Económico e Acção Social - Vereador Diogo Mateus

Educação e Cultura - Vereador Fernando Parreira

Ordenamento do Território e Turismo - Vereador Michäel António

Mobilidade e Novas Tecnologias - Vereador Pedro Martins

##### Câmara Municipal de Pombal - Quadros Técnicos

Departamento de Águas, Saneamento e Ambiente (DASA)

Departamento de Urbanismo (DU)

Departamento de Obras Municipais (DOM)

Gabinete Técnico Florestal (GTF)

Departamento de Administração Geral (DAG)

Gabinete de Acção Social

Presidentes das Juntas de Freguesia

CCDR Centro

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Governo Civil de Leiria

Grupos Associativos

Assembleia Municipal (3 elementos a eleger pelo órgão)

QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza

GEOTA – Associação Nacional de Defesa do Ambiente

LPN - Liga da Protecção da Natureza

OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria

ABAE – Associação Bandeira Azul para a Europa

Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento

Agrupamentos escolares

Escolas  
Hospital Distrital de Pombal  
Centro de Saúde de Pombal  
Bombeiros Voluntários de Pombal  
PSP - Polícia de Segurança Pública  
GNR - Guarda Nacional Republicana / Serviço de Protecção da Natureza  
Caritas Diocesana de Leiria  
Santa Casa da Misericórdia do Louriçal (IPSS)  
Fundação José Lourenço Júnior (IPSS)  
CERCIPOM – Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Pombal  
APEPI – Associação de Pais e Educadores para a Infância  
IPJ – Instituto Português da Juventude  
DGRF – Direcção Geral dos Recursos Florestais  
DRABL – Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral  
CBE – Centro de Biomassa e Energia  
COPOMBAL - Cooperativa Agrícola de Pombal  
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal  
Associação de Produtores Florestais de Pombal  
NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria  
AEP – Associação Empresarial de Portugal  
REFER – Rede Ferroviária Nacional  
Ensino Superior (Instituto Politécnico Leiria, ESTG - Leiria)  
CEC – Conselho Empresarial do Centro  
AMAE – Associação de Municípios da Alta Estremadura  
AICP – Associação dos Industriais do Concelho de Pombal  
ACSP – Associação de Comércio e de Serviços de Pombal  
INATEL – Instituto Nacional de Aproveitamento de Tempos Livres  
ENERDURA – Agencia Regional de Energia da Alta Estremadura  
VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos, S.A.  
AMBIPOMBAL – Recolha de Resíduos Industriais, S.A.  
Agrupamentos de Escuteiros do Concelho de Pombal  
Turismo em Espaço Rural - Casa do Vale do Papo  
Hotel Pombalense  
Grupo LENA  
SINERGIAE Consultadoria Ambiental, Lda.

No que diz respeito aos Grupos Associativos, os requisitos de igualdade e equidade podem ser atingidos através do contacto das seguintes entidades:

**8-1 - Associações e Agrupamentos de Cidadãos Passíveis de Intervenção na Agenda 21 Local Pombal**

<b>Freguesia</b>	<b>Grupo Associativo</b>
Abiúl	Associação Cultural, Social e Recreativa da Casa do Povo de Abiúl
Albergaria dos Doze	Núcleo de Aventuras e Desporto de Albergaria dos Doze (NADA)
Almagreira	Associação de Moradores do Paço
	Associação Vértice
Carnide	Rancho Folclórico – Alegrias do Campo
Cariço	Associação Cultural, Recreativa e de Melhoramentos de Siveirinha Grande e Claras
	Grupo Desportivo e Recreativo de Vieirinhos
Guia	Associação de Melhoramentos da Freguesia da Guia
Ilha	Grupo Desportivo da Ilha
Louriçal	Associação Desportiva, Recreativa e Cultural da Moita do Boi
	Agrupamento 1244 do Corpo Nacional de Escutas
Mata Mourisca	Agrupamento 471 do Corpo Nacional de Escutas
Meirinhas	Associação Recreativa das Meirinhas
Pelariga	Associação de Recreio, Desporto, Educação e Cultura
Pombal	Núcleo de Desporto Amador de Pombal
	Associação Desportiva e Acção Cultural da Charneca (ADAC)
	Associação POMBALJOVEM
Redinha	Grupo de Protecção de Sικό
Santiago de Litém	Dino Clube – Desporto e Cultura de Santiago de Litém
S. Simão de Litém	Associação Desportiva, Caça e Pesca de S. Simão de Litém
Vermoil	Atlético Clube de Vermoil
Vila Cã	Associação Cultural e Recreativa da Pipa

Conhecidas as áreas prioritárias de intervenção e os principais agentes envolvidos nas mesmas é indispensável que todos os envolvidos, na implementação dos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, estabeleçam parcerias e intervenham em conjunto e de forma activa, para que todas as partes sejam envolvidas e responsabilizadas pelas tomadas de decisão e planeamento. Esta é a única forma eficaz de conhecer os problemas do concelho

(são as populações que melhor conhecem os seus próprios problemas) e de determinar boas soluções que sejam assumidas e entendidas pelos pombalenses.

As autoridades locais e a comunidade terão que consciencializar que, independentemente das áreas de intervenção prioritárias definidas no Plano de Acção, a gestão ambiental com objectivos de qualidade e sustentabilidade, deve promover o desenvolvimento integrado do concelho, salvaguardando as potencialidades do ambiente natural, mas integrando os objectivos de política ambiental nas políticas sociais e económicas, de modo consensual entre todos os intervenientes.

### **Comunicação**

Tornar a Agenda 21 Local um processo participado implica não só a acessibilidade aos procedimentos do plano mas também que a população e os diversos agentes se sintam parte integrante do mesmo e que, dessa forma, se sintam envolvidos em todo o processo. Para tal, é necessário que os diversos Agentes e público em geral estejam devidamente informadas e sensibilizados, já que o processo da Agenda 21 Local implica, se com resultados práticos, alterações nos comportamentos da população em geral, sendo o único modo de tornar essa mudança natural a informação e o esclarecimento. A área da comunicação revela-se, portanto, complementar aos momentos de participação. Existem diferentes moldes de comunicação, mais ou menos complexos.

Dever-se-á desenvolver e aplicar um plano de suporte, que inclua a distribuição de um guia metodológico, com serviços de aconselhamento e sessões de treino específicos, Prémios Acção 21, assim como um *website*, que permita reforçar o trabalho em rede. O progresso do concelho de Pombal dependerá de todas as acções que as organizações do concelho implementem, independentemente do seu grau de complexidade.

Como exemplos de acções de Sensibilização da Comunidade podem ser dinamizados os seguintes instrumentos:

- 📄 Um folheto informativo, simples e apelativo, sobre o que é a Agenda 21 Local, os principais eventos e o modo de participar activamente no processo;
- 📄 Painéis informativos sobre a implementação da Agenda 21 Local;

- ✚ Boletins formativos e informativos de sensibilização ambiental sobre diversas temáticas: a implementação da Agenda 21 Escolar, água e ecossistemas ribeirinhos, compostagem doméstica e resíduos, consumo sustentável, construção sustentável, eco-design, agricultura biológica, energia e transportes;
- ✚ Página *Web* na Internet com componente interactiva;
- ✚ Terminais de computadores públicos, onde um Banco de Dados com os trabalhos dos Grupos Temáticos poderia ser acedido por qualquer cidadão;
- ✚ Linha Telefónica de Apoio;
- ✚ Eventos como concursos de fotografia sob o tema da Agenda 21 Local para Pombal, ciclos de conferências com oradores conceituados, visitas de campo, etc.

Além disso, as dinâmicas de grupo complementares aos *fora* de sustentabilidade podem ser muito importantes, podendo então organizar-se em torno dos seguintes aspectos:

- ✚ Rede de Agentes Cívicos – Cidadãos exemplares convencidos dos méritos da reciclagem, que assumem, em troca de benefícios, o papel de “embaixadores da reciclagem”, convencendo os seus vizinhos, familiares e amigos mais indecisos ou renitentes;
- ✚ Parcerias com órgãos de comunicação social;
- ✚ Programa Escolar da Agenda 21 Local – edição de cadernos pedagógicos ou organização de EcoClubes;
- ✚ Criação do Dia da Agenda 21 Local – para que as entidades que aderiram a esta iniciativa promovam acções em benefício do Município, privilegiando-se a formação de parcerias entre as várias instituições do concelho.



**Cronograma Preliminar Indicativo**

No sentido de desenvolver e colocar no terreno a Agenda 21 Local do Município de Pombal, apresenta-se abaixo um cronograma preliminar indicativo (em meses), o qual deverá ser ajustado em função da dinâmica própria de um processo com estas características.

<b>Acção</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>
Disponibilização dos Documentos para discussão								
Colocação dos documentos na Internet								
Recepção de Sugestões								
Reunião do Orgão de Coordenação								
Actualização dos documentos								
Reunião Preparatória Plenária								
Actualização dos documentos								
Reunião Alargada (4 sessões públicas)								
Reunião Plenária								
Plano e Agenda 21 Finais								
Aprovação em reunião de Câmara								

## **9. Áreas de Intervenção e Prioridades Estratégicas**

### **9.1. Enquadramento Metodológico e Conceitos**

Se a formulação de medidas de política exige uma nova abordagem, de forma a ser consequente com os objectivos inicialmente propostos, torna-se necessário explicitar, neste ponto, os principais aspectos metodológicos que se encontram na base da presente aproximação. Para tal efectuamos uma breve apresentação da filosofia de abordagem, para o que se recorreu a algumas contribuições já devidamente testadas e consolidadas (Ó Cinnéide. Cuddy, 1992), bem como à experiência tida em diversos trabalhos desenvolvidos.

A primeira formulação de partida tem a ver com as diferenças de potencial observadas entre as diferentes regiões, nomeadamente a questão ligada ao facto de algumas regiões verificarem situações de franco crescimento e outras registarem processos de declínio (físico, demográfico e económico) assinaláveis e interiorizados como inevitáveis pelos próprios habitantes locais.

É verdade que entre as diferentes regiões podem ser encontradas diferenças significativas no respectivo potencial económico, social e ambiental. Tal levanta inevitavelmente a questão de saber se estas diferenças de desenvolvimento e de riqueza entre as regiões é consequência de uma procura diferenciada pelos respectivos produtos, de uma estrutura produtiva deficiente, de um distinto padrão distributivo dos recursos, de uma diferente qualidade locativa, ou mesmo de um diferente conhecimento e / ou uso de tecnologia. Ou mesmo se são apenas resultado da sua posição geográfica (Norte / Sul; Centro / Periferia), ou mesmo do sector predominante (agrário, industrial, de serviços).

Na perspectiva aqui utilizada a questão conduz inevitavelmente para respostas necessariamente limitadas. Ela não pode ser encontrada provavelmente em nenhuma destas alternativas, como aliás resulta da análise que se desenvolveu no Volume I.

O desenvolvimento regional e local, nesta perspectiva, é o resultado de um complexo de causas: é predominantemente o resultado da interacção, ciclicamente em mudança, entre o potencial regional e o consequente desempenho no ajustamento. Uma vez que os potenciais

regionais são diferentes e os possíveis ajustamentos são distintos, e uma vez que existe uma incerteza relativamente ao ajustamento das outras regiões, existe um número largo de melhores ou piores possibilidades de desenvolvimento. Dependentes das escolhas efectuadas neste processo, assim existirão diferentes vias de desenvolvimento, e, como resultado final, desigualdades regionais mais ou menos marcantes. Deve contudo ser enfatizado que este processo de desenvolvimento não reside apenas em aspectos internos aos territórios, mas igualmente nos inputs externos que a eles afluem em determinado momento.

Os diferentes desempenhos de ajustamento podem ser relacionados com as diferentes funções do mercado – além da função de alocação existe igualmente uma função criativa. Nesta função, o mercado é um instrumento que transmite incentivos à mudança económica. Ambas as funções implicam diferentes comportamentos por parte dos agentes económicos: eles podem comportar-se de forma "criativa" ou "empresarial", ou podem comportar-se de forma "adaptativa", reagindo a uma determinada situação de acordo com os parâmetros económicos do preço e da quantidade.

É verdade que estas formas de comportamento não são exclusivas, mas não deixam de seguir uma sequência temporal: as consequências socioespaciais são parte de uma sequência evolucionária que segue um ciclo de vida tecnológico. Cada estágio do ciclo é dominado por um comportamento económico específico. Este comportamento de mudança exige certos ambientes económicos com padrões de distribuição dos factores especiais e com diferentes tecnologias, formando, por conseguinte, diferentes tipos de regiões.

Neste entendimento, a desigualdade regional consiste em diferentes capacidades produtivas, em diferentes capacidades para as regiões servirem como local para tipos específicos de produção. Para analisar estes potenciais tem de se ir além de explicações "estruturais" simples e / ou das intervenções locativas estáticas da diferenciação espacial, típicas das análises tradicionais em economia do desenvolvimento regional.

Torna-se necessário enfatizar que, para além da função locativa do mercado, existem igualmente outras funções habitualmente não devidamente consideradas. O mercado é um instrumento que transfere incentivos para a mudança económica: as suas capacidades não residem apenas na sua função locativa, mas sobretudo na sua flexibilidade para se ajustar a novas situações. O carácter do mercado traz consigo inovações. Estas inovações não são apenas e necessariamente de nível técnico, mas possuem igualmente um carácter organizacional, abrindo desta forma novos mercados (Ferrão, 1992). Se comparadas com

estes aspectos dinâmicos, as vantagens locativas do mercado, que são puramente estáticas, estão crescentemente a perder importância. Com efeito, a importância crescente dos mecanismos ambientais e sociais assume-se como o verdadeiro vector, no quadro de uma sustentabilidade forte.

Em que é que esta diferenciação entre funções locativas e criativas do mercado traz alterações para a interpretação do comportamento dos investidores? E o que significa isso para as diferenças entre os potenciais de desenvolvimento sustentável regionais e locais?

A visão estática da teoria locativa tradicional, que enfatiza esta mesma função locativa, exige a adaptação regional a uma exclusividade económica, nomeadamente a uma eficiente distribuição da actividade económica no espaço. Pelo contrário, a dimensão "criativa" exige uma adaptação de forma dinâmica, o que exige por sua vez uma habilidade criativa regional e / ou local. Isto inclui formas de comportamento que se encontram para lá da mera maximização locativa e económica: estão neste caso o comportamento empresarial local, acções inovadoras, ambiente, dinâmicas sociais, etc.

Neste sentido, as regiões "adaptáveis" são dominadas por empresas que são capazes de criar mercados. As regiões "adaptativas" são dominadas por empresas que têm de levar em atenção os custos de localização e que revelam um comportamento mais locativo. Além destas duas, existe igualmente o fenómeno de um desempenho de ajustamento insuficiente - as regiões "não-adaptadas" estagnam e as suas empresas perdem a respectiva capacidade para sobreviverem. Note-se que o aspecto evolucionário desta abordagem se revela na necessidade sentida pelas regiões para o ajustamento, nomeadamente no sentido de uma sustentabilidade forte.

Considerada desta forma, a adaptação não é mais do que uma reacção ao ambiente externo: representa o uso óptimo dos factores exteriores. Em contraste, a adaptabilidade significa manter abertas estruturas e recursos que não estão disponíveis para fins específicos, mas que se encontram disponíveis para as necessárias reorganizações em tempos de novos desafios.

Ambas as formas de comportamento - o adaptável e o adaptado - seguem uma sequência temporal, pelo que as consequências espaciais daí resultantes fazem parte de um processo evolucionário. Desta forma, as diferenças regionais resultam do facto de os agentes seguirem uma linha evolucionista, do facto de o seu comportamento mudar no decurso do

processo e de que este comportamento exige factores e recursos espacialmente diferenciados.

Facilmente se entenderá que, nesta acepção, as regiões em declínio se enquadram nas regiões acima designadas por adaptadas, constituindo o grande desafio transformá-las em regiões adaptáveis, ou seja, que se encontrem em condições de enfrentar devidamente os desafios presentes pelas mudanças ambientais, económicas e sociais em curso.

## **9.2. Prioridades Estratégicas**

Esta perspectiva é fundamental para a consideração das principais medidas de política de desenvolvimento local sustentado a serem enfatizadas. Dela resultam algumas tendências gerais para as medidas de política, nomeadamente:

- i) O papel das inovações tem de ser visto como um critério essencial nesta perspectiva: as tradicionais políticas públicas de suporte às economias regionais baseiam-se no pressuposto de que os factores produtivos económicos são móveis. Mas um dos resultados essenciais que foi possível verificar com a avaliação das políticas económicas (Ó Cinnéide. Cuddy, 1992), foi precisamente que os factores que influenciam o desenvolvimento regional são imóveis: o ambiente, as infra-estruturas físicas, a qualificação da força de trabalho, a estrutura económica local, a tecnologia e conhecimento organizacional locais, as estruturas sociais e institucionais.

Assim, a forma e acções para reduzir os pontos fracos do desenvolvimento regional têm de vir das próprias regiões. Como é óbvio, isto implica uma mudança básica da ênfase dos factores que influenciam os custos de produção para os factores que influenciam a adopção do processo - particularmente as inovações.

O desenvolvimento regional é menos influenciado por aqueles factores que podem provocar a deslocalização de empresas produtivas de uma região para outra (como, por exemplo, uma melhor acessibilidade e menores custos de trabalho), do que os factores ligados aos esforços para renovar e fortalecer os potenciais locais e regionais. Desta forma, uma nova área

é trazida para a consideração das políticas de desenvolvimento regional. Por exemplo, nesta perspectiva, igualmente importantes revelam-se factores "subjectivos" como o comportamento empresarial e conhecimentos especializados de engenharia e gestão, que influenciam a capacidade para a inovação no seio das economias regionais (Ó Cinnéide. Cuddy, 1992).

Tal perspectiva muda a direcção das estratégias do desenvolvimento local. Ela terá forçosamente de se basear na redução dos custos e barreiras adaptativas específicas e estas não são apenas de natureza económica, mas igualmente ambientais, sociais e culturais - as inovações tecnológicas e económicas exigem o aproveitamento das condições ambientais locais e inovações sociais e organizacionais.

- ii) Esta abordagem enfatiza o papel do processo histórico. A materialização concreta da desigualdade regional não é já explicada por um mecanismo influenciado por alguns parâmetros e com tendência para o equilíbrio. O facto de este processo que diferencia as regiões ser dependente de determinado caminho exclui um determinismo em função do qual o resultado seria imediatamente deduzível. A incerteza daí resultante exige a necessidade de usar grupos de instrumentos em vez de medidas simples, ou usar instrumentos implícitos (por exemplo, infra-estruturas genéricas), em vez de instrumentos explícitos e directos (por exemplo, deduções fiscais específicas para o investimento), assim como para a coordenação de instrumentos entre os diferentes níveis políticos - local, regional, nacional e internacional.
  
- iii) O Desenvolvimento Sustentável ocorre não apenas num tempo real, mas igualmente num espaço real. A sequência estrutural dos processos de desenvolvimento implica igualmente uma sequência de localizações preferenciais: não existe apenas uma sequência temporal, mas igualmente uma sequência espacial. A dimensão espacial mais do que influenciar as decisões dos agentes económicos, condiciona a forma de comportamento. Assim, os tipos regionais diferenciados ligam-se directamente a diferentes ambientes, que enformam o comportamento, mas ligam-se igualmente a diferentes "meios culturais". Neste sentido, existe, por exemplo, uma "cultura de regiões rurais atrasadas" e uma "cultura de centros de inovação".

Há pois que reequacionar uma nova estratégia de desenvolvimento sustentável local, que leve em consideração as aspirações aos agentes administrativos, económicos e sociais de Pombal (expressos, em alguns casos, em documentos estratégicos já consensualizados e devidamente apresentados no Volume I), assente sobretudo nos seguintes pontos:

1. A Estratégia terá de ser espacialmente flexível. Não pode ser restrita a problemas regionais pré-definidos. Tem de levar em conta que a extensão e os padrões espaciais, assim como o conjunto de unidades ambientais e sociais que são afectadas, representam variáveis endógenas;
2. A Estratégia deve orientar-se para a inovação;
3. A Estratégia deve ser entendida como um processo de aprendizagem colectiva e de ajustamento permanente;
4. A Estratégia deve antecipar a necessidade de processos de ajustamento e reduzir os custos de adaptação;
5. A Estratégia deve ser uma política de democracia e cooperação. Como atrás se afirmou, não pode e não deve ser imposta "de cima", mas deve incluir todos os agentes económicos que definam a extensão e a forma da respectiva cooperação, articulando os diversos níveis de decisão na perspectiva do reforço dos processos de decisão local

Desta forma, a realização de um Plano Estratégico Ambiental implica a definição, ao nível da componente ambiental, económica e social, de estratégias integradas e consensuais e de acções concretas de gestão e intervenção mas, apesar da objectividade do tema, a abordagem ultrapassa a dimensão do ambiente, enquanto componente não exclusiva dos processos de Desenvolvimento Sustentável.

As questões de partida que tentarão ser respondidas pelo plano são: O que é o ambiente? Qual o estado actual do ambiente? Que acções implementar para eliminar/minimizar riscos ou problemas? No entanto, para uma resposta real e enquadrada, têm de ser considerados outros aspectos também importantes como a saúde, segurança, educação, transportes,

planeamento urbano, energia, resíduos, conjuntamente com espaços verdes e florestas. Daí que o conjunto de prioridades abranja áreas diversas.

As acções que se propõem tentam ser flexíveis, permitindo a sua modificação consoante as diversas alterações de circunstâncias. Diz-se um documento vivo, que se adapta e se redefine com o evoluir das problemáticas. Por outro lado, com a crescente competitividade entre regiões, apenas as que têm definidas acções estratégicas de desenvolvimento sustentado conseguem reunir condições para o acesso a financiamentos da União Europeia.

Existe um conjunto de planos ambientais em Portugal (habitualmente designados Planos Municipais do Ambiente), mas poucos são os municípios que puseram em prática a sua implementação. É imprescindível que o mesmo não ocorra em Pombal e para que não aconteça é necessário criar uma equipa multidisciplinar, com poder e conhecimentos nas diversas áreas, que promova a implementação do plano e a sua monitorização.

Como se disse anteriormente, as prioridades estratégicas inserem-se num quadro de áreas de intervenção vastas. Assim, para chegar às prioridades, é necessário identificar algumas áreas para as quais é possível determinar certas recomendações de carácter estratégico, aspecto que será objecto do Volume III deste trabalho e que incluirá os seguintes Eixos de Intervenção:

- ❖ Administração Pública eficiente e modernizada
- ❖ Crescimento Sustentado, competitividade, mobilidade e eficiência energética
- ❖ Ambiente e Valorização do Património Natural e Paisagístico
- ❖ Equidade, Igualdade, Oportunidades e Coesão Social
- ❖ Valorização Equilibrada do Território

## **10. Aspectos considerados no Volume III**

As acções definidas no Plano Estratégico Ambiental e que são apresentadas no Volume III do presente relatório apresentam-se identificadas através de fichas de acção por eixo de intervenção. Estas apresentam igualmente a sua localização com uma descrição, medidas de actuação necessárias para a realização da acção, os agentes que devem ser envolvidos, a calendarização com a programação temporal prevista, nível de prioridade e uma estimativa do investimento em termos de custo e alternativas de financiamento para as mesmas. São ainda identificados os indicadores para a monitorização da implementação, com vista a alcançar determinadas metas sustentáveis.

As metas a alcançar têm como objectivo alcançar a sustentabilidade, assente em bons resultados no domínio da redução das disfunções ambientais e preservação do património natural, bons resultados no que se refere ao ajustamento económico e bons resultados no que diz respeito à coesão social.

Para garantir a execução do Plano de Acção é ainda necessário que sejam implementadas medidas transversais como a criação de um Gabinete da Agenda 21 Local, um diagnóstico da estrutura da autarquia, um relatório anual de desenvolvimento sustentável e a formação contínua dos Agentes envolvidos, nomeadamente através do Plano de Actividades de Educação Ambiental.

## **11. Conclusão**

Com base nos resultados definidos no Volume I, é possível constatar quais as componentes que evidenciam maior carência de objectivos de qualificação e intervenção no quadro da Agenda 21 Local e do Plano Estratégico Ambiental.

Consequentemente, uma vez que algumas intervenções já ensaiadas pelo Município de Pombal ainda se apresentam, ou deficitárias em termos de preocupações ambientais e de desenvolvimento sustentável, ou (quando estas preocupações se encontram presentes de forma clara e assumida) carecem de uma perspectiva integradora, a Agenda 21 Local de Pombal é definida com base no fomento da Participação Pública e na especificação de Eixos Prioritários de Intervenção.

Esta definição visa responder às situações ambientais mais problemáticas do concelho de Pombal.

Neste contexto, a Agenda 21 Local pode ser uma ferramenta de extrema importância no concelho de Pombal, promovendo o desenvolvimento de actividades sustentáveis e tirando partido do rico património natural.

A Agenda 21 Local não tem data para terminar, pois é um processo no qual, passo a passo, a sociedade vai conseguindo realizar as suas metas e propondo outras. Como a Agenda 21 Local é um planeamento a longo prazo, com várias etapas, a sua elaboração e implementação passam por várias revisões. O importante não é saber quando a Agenda começa ou termina, mas que esta constitua um processo participativo e contínuo de diálogo entre vários sectores.

O que a Agenda 21 Local traz de interessante para a população, de um modo geral, é a sua possibilidade de participar no planeamento dos serviços básicos que afectam o dia-a-dia e influenciar a determinação das prioridades, bem como a distribuição destas no orçamento municipal (transporte, saúde pública, ensino, segurança, saneamento e melhoria das infra-estruturas públicas). Acima de tudo, a Agenda 21 Local muda o sistema utilizado pelos governos locais para seleccionarem prioridades, definindo os programas de acção e os respectivos investimentos.

## **Bibliografia**

AEA – Agência Europeia do Ambiente (2005). *O ambiente na Europa: terceira avaliação – Resumo*. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Luxemburgo

Andersson, Lennart (1992). *Relations between functional organizations and territorial life. Some key words for local development in the nineties*. In Ó Cinnéide e Cuddy (1992)

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano – e AMAE – Associação de Municípios da Alta Estremadura (Maio 2003). *“Plano Estratégico da Alta Estremadura – Relatório Final – Diagnóstico, Estratégia e Intervenção”*

Ó Cinnéide, Michael; Cuddy, Michael (1992). *Perspectives on Rural Development in Advanced Economies*. Galway. Centre for Development Studies. Social Sciences Research Centre. University College Galway

Comunidades Europeias (2000) – *Para um Perfil da Sustentabilidade Local – Indicadores Comuns Europeus – Relatório Técnico*.

CSD – Comissão on Sustainable Development (1997). *Overall progress achieved since the United Nations conference on environment and development. Report of the Secretary-General. Addendum – Protection of the quality and supply of freshwater resources: application of integrated approaches to the development, management and use of water resources*. United Nations Economic and Social Council.

DGGE – Direcção Geral de Geologia e Energia (2006). *Balanço Energético Nacional*. DGGE – Direcção Geral de Geologia e Energia

DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – (2000). *“Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local – Como implementar o Planeamento Ambiental a longo prazo com vista à sustentabilidade”*

EUROSTAT (2002). *Material use in the European Union 1980-2000: indicators and analysis*. Working Papers and Studies series. Eurostat. Luxembourg



EUROSTAT (2006). *Key indicators on EU policy – Sustainable Development Indicators (SDI) – Management of natural resources*. Versão electronic

Ferrão, João (1992). *Serviços e Inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Oeiras. Celta Editora

IA – Instituto do Ambiente (2002). *Relatório Síntese – Cenários e esforço de redução. PNAC 2002*. Instituto do Ambiente. Lisboa

IEA – International Energy Agency (2004). *World Energy Outlook 2004*. Edition IEA. Paris

INAG – Instituto da Água (2001). *Plano Nacional da Água*. Versão electrónica.

IPPC – International Panel On Climate Change (2007). *Summary for Policymakers. IPPC Fourth Assessment Report, Working Group III*. IPPC.

IUCN – The World Conservation Unit (2004). *The IUCN Programme 2005-2008 – Many Voices, One Earth*. The World Conservation Congress. Bangkok, Thailand

Kitagawa, Masayasu; Yamamoto, Ryoichi (org.) (2006). *Science on Sustainability. 2006 Summary Report A view from Japan*. RSBS. Japan

Meadows, DH; Meadows, DL; Randers, J; Behrens III, WW (1972). *The Limits Of Growth*. University Books. New York

Moll, S; Bringezu, S; Schutz, H (2003). *Resource use in European countries – an estimate of materials and waste streams in the Community, including imports and exports using the instrument of material flow analysis*. European Topic Centre on Waste and Material Flows. Copenhagen

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2003). *Environmental Performance Reviews. Performance and Challenges in OECD Countries*. OECD Publications. Paris

Pinheiro, Manuel (2006). *Ambiente e Construção Sustentável*. Instituto do Ambiente. Amadora

Sousa, Sílvia (2006). *Programas de Gestão Ambiental na Construção – Diagnóstico para aspectos a melhorar*. Tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente. Lisboa. IST/UTL

Steffen, W; Sanderson, A; Jager, J; Tyson, PD; Moore III, B; Matson, PA; Richardson, K; Oldfield, F; Schellnhuber, HJ; Turner II, BL; Wasson, RJ (2004). *Global change and the Earth System: a planet under pressure*. Springer-Verlag. Heidelberg

Wackernagel, M; Monfreda, C; Deumling, D (2005). *Ecological footprint of Nations – update*. Versão electrónica

WCES – World Commission on Environment and Development (1987). *Our common future*. The World Commission on Environment and Development. Oxford University Press. Oxford

Pinheiro, Manuel (2008). *Sistemas de Gestão Ambiental para a Construção Sustentável*. Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Ambiente. Lisboa. IST/UTL

Strobel, Orlando Maciel (2004). *Agenda 21 Local: Um Modelo para a Capacitação de Facilitadores, apoiado em Ambiente Colaborativo Virtual* – Tese de Doutoramento. Universidade Federal de Santa Catarina Centro Tecnológico – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção